



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**  
**1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA GERAL DO ORÇAMENTO PARA 2013**

**PRESIDENTE: MILTON LEITE**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 26-11-12

**OBSERVAÇÕES:**

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Declaro abertos os trabalhos da 16ª Audiência Pública que a Comissão de Finanças realiza no ano de 2012 com o objetivo de discutir o PL 424/2012 de autoria do Executivo, que estima receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2013.

Estão presentes os Srs. Vereadores Adilson Amadeu, Aurélio Miguel, Milton Leite na Presidência. Agradecemos a presença do Vereador José Police Neto, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

Gostaria de registrar ainda a presença da nobre Vereadora Juliana Cardoso.

Informo que essa reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br) link Auditorio On-Line.

Também está presente o Vereador eleito Eduardo Tuma.

Está presente o Sr. Secretário de Finanças Rubens Chammas.

Foram convidados o Secretário de Finanças e também o de Planejamento, Orçamento e Gestão. O de Finanças está presente, como já anunciado, peço à assessoria verificar a ausência do outro convidado, pois é uma reunião muito importante.

Convido para compor a Mesa o Sr. Rubens Chammas.

Esclareço que a reunião dar-se-á da seguinte forma: há uma excepcionalidade quanto à relatoria do Orçamento. O Relator era o nobre Vereador Roberto Tripoli que, no dia 22, conforme documento, pediu sua substituição na Comissão de Finanças, indicando para substituí-lo o nobre Vereador Dalton Silvano. Tenho até a data de amanhã para indicar o novo Relator e assim o farei, na forma regimental, motivo pelo qual esclareço não estar declinando o nobre Vereador Dalton Silvano, aliás, quem me perguntou quando seria indicado. Já tenho documentos postados e V.Exa. havia me indagado quando da nomeação: será dia 3. O processo ficou na minha sala e não foi retirado. Mas já foi acostado na Comissão.

Essa audiência pública tem uma característica diferenciada porque, neste

momento, há um Prefeito eleito na Cidade de São Paulo e outro que deixa o cargo, mas que fez a proposta orçamentária.

Saliento que, em contato com os membros da Comissão de Finanças e Orçamento – também presentes, entre eles, o nobre Vereador Francisco Chagas – e também com o futuro Secretário de Governo: o Vereador Donato, devemos aguardar um pronunciamento do novo Governo no sentido de tomarmos ciência de quais as propostas que tendem a ser realizadas justamente por esse novo Executivo.

A proposta atual a ser discutida, aliás, a única que temos será defendida e sustentada sob a égide do antigo Governo – ainda atual, o Prefeito Gilberto Kassab – e, por isso, para discutir sobre ela está presente o Secretário. Trata-se de uma peça que, se sofrer eventuais modificações propostas pelo novo Governo – ainda não encaminhadas e nem sei se ainda serão -, devo esclarecer que, está sob transição. A própria Câmara Municipal está sob a transição por conta da última eleição.

Considerando que é uma peça fundamental, creio que tanto o Prefeito eleito Fernando Haddad, como seu principal Secretário, a meu ver o Vereador Donato – que é membro desta comissão - ainda não tiveram tempo hábil para examinar a referida peça e encaminhar as eventuais propostas, se assim o desejarem, obviamente.

Abrirei o tempo regimental e aquele necessário ao Sr. Rubens Chammas para fazer um breve explanação da peça orçamentária atual, ou seja, da que está em nossas mãos, hoje, encaminhada pelo Executivo, na forma da lei.

O Sr. Secretário Rubens Chammas fará uma exposição e aqueles interessados em fazer questionamentos, com relação a essa peça orçamentária, poderão fazê-lo. Paralelamente, disporão de três minutos, ao microfone.

A partir desse momento, já se encontram abertas as inscrições junto à mesa, para aqueles que desejarem formular questões junto a Secretaria. As propostas encaminhadas, além da manifestação que irão fazer pelo microfone, deverão fazer, tanto quanto possível, por

escrito, porque eu junto com o relator e a comissão possa examinar e discutir com o novo governo. Não é possível o que as pessoas falam e fica aqui, as notas taquigráficas demoram um tempo para ser juntadas a comissão, até que eu leia essa nota e discuta com a comissão, leva um tempo. Pediria que as propostas, além da manifestação, que serão feitas pelo microfone, deverão encaminhar por escrito. Basta indicar a Secretaria e o ponto que desejam fazer as modificações. É preciso que as pessoas se manifestem, de maneira, além da expressão que poderão fazer aqui no microfone, poderão fazer por escrito.

Passo a palavra ao Sr. Secretário Rubens Chammas.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Bom dia todos. Cumprimento os Srs. Vereadores da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo. Agradecer a oportunidade de poder explanar rapidamente a proposta encaminhada pelo Executivo a esta Casa, e agora elogiar esse espaço aberto para a discussão, para análise, para reflexão e que as proposta venham a ser debatidas e se inseridas ou não, forma a melhor peça orçamentária para quem 2013, o Poder Executivo possa fazer a execução orçamentária da melhor maneira possível.

Vou fazer uma rápida explanação depois deixar o tempo disponível para abertura das questões e dúvidas que porventura, surgirão. A Peça Orçamentária começa com a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Foi encaminhada esta Casa no dia 13 de abril de 2012, aprovada na sequência no final de junho, começo de julho. É a Lei 15 613. Na sequência o Poder Executivo, com uma portaria intersecretarial entre as Secretarias de Finanças e de Planejamento Orçamento e Gestão para dar a diretrizes internas para a elaboração da proposta orçamentária.

Iniciamos formalmente no dia 27 de julho desse ano, as reuniões internas da Prefeitura do Município, para a organização e para dar toda a consolidação das diretrizes com todos os representantes das secretarias e das subprefeituras. Estipulamos uma data em meados de agosto para que as Secretarias, pudessem enviar suas demandas. Todos sabem

que esse é um trabalho, interativo entre arrecadação e despesas até a gente chegar na proposta final. Essa consolidação foi feita ao longo dos meses de agosto e setembro, fazendo reuniões temáticas com todos os secretários, ouvindo a administração, ouvindo as demandas pontuais de cada um e consolidando com o Chefe do Executivo a proposta que foi encaminhada a esta Casa, no dia 28 de setembro desse ano.

Aqui uma primeira explanação é um quadro resumo das receitas que estão indicadas na Peça Orçamentária. Elas não estão separadas, estão discriminadas, todas elas, não só tributárias como não tributárias. ISS despontado com quase 10 bilhões, ICMS 6.6; IPTU com 5.300, aí vindo todas as receitas, chegando ao total de 42 bilhões e 41 milhões de reais para esse ano.

Esse é o mesmo quadro das receitas. Só que aberto por fonte, em que distinguimos o que a receita corrente e o que são receitas de capital: 36.5, versus 5.5, perfazendo os 42 bilhões previstos para 2013. As mesmas receitas abertas por fonte: Fonte Tesouro que é arrecadação inerente do Município com 27.8 bilhões; fonte 1, que é o contrato de empréstimo com Bird, é o residual desse contrato, o final, 48 milhões; fonte 02 são as transferências federais; fonte 03, transferências estaduais; fonte 04, é o Fundeb, Fundo da Educação; fonte 05, são outras fontes; fonte 06, recursos próprios da Administração,0 basicamente estão os gastos de aposentadoria do IPREM; fonte 08, que na verdade é um desmembramento que temos feito nos últimos três anos que são recursos do Tesouro, só que recursos vinculados. E aí estão constantes todos os fundos municipais, inclusive as operações urbanas e a Fonte 09, que é a empresa dependente, que a COHAB.

Visto a parte da receita, o abatimento da despesa e todos sabem que tem de ter todo um emparelhamento despesa/receita por fonte. E nós separamos nesse primeiro quadro, cinco grandes grupos de classificação. O grupo de pessoal e aí vemos o total de 10.4 bilhões de reais, incluindo as despesas da direta e da indireta. Junto com o pessoal um grande outro item que é auxílios: vale transporte, vale refeição, quase 730 milhões de reais. Operações

especiais: um montante de 4.7 bilhões e nesse item inclui o pagamento da dívida e dos precatórios. O grupo atividade, esse grupo é basicamente, todo custeio da máquina, exceto pessoal que está no grupo pessoal. Nesse item estão inclusos os gastos com aposentadorias e pensões, algo em torno de 20 bilhões de reais. Manutenção da máquina, serviços de zeladoria, convênios existentes. E o último item é o item de projetos que é basicamente os investimentos propriamente ditos, algo em torno de seis bilhões de reais.

Essa mesma tabela, agora, explicitada por fonte. Temos na fonte Tesouro 27.8 bilhões de reais para arcar com essas despesas. Transferências Federais 4.2 milhões; transferências estaduais 1 bilhão; Fundeb, 3.3, recursos próprios administração, 2.6; e os recursos vinculados quase 2.8 bilhões de reais.

Acredito, esse ser um dos quadros mais importantes, porque ele pega aquela mesma tabela e abre. Estamos fazendo a leitura por fonte e por tipo de despesa. Se olharmos a primeira coluna. A coluna atividades está separada por fonte perfazendo o total de 20 bilhões. Vemos que a proposta que o Tesouro, vai arcar com 13.7 bilhões desse item em atividades. Os recursos próprios da administração que basicamente os aposentados e pensionistas 2.5, que é insuficiência, e mais a fonte 08, que são recursos vinculados, 1.1 bilhão.

O mesmo para auxílios, pessoal, destaque que o Tesouro arca com 7 bilhões e 3.4 bilhões, uma parcela considerável, que é o recurso do Fundo da Educação, denominado fonte 04.

No item projetos, que creio seja um dos mais importantes, porque mostra a capacidade e toda preocupação da Prefeitura em detalhar fonte por fonte a sua proposta de investimento para o ano de 2013.

Estamos falando em 6.1 bilhões de reais, sendo 1.7 recursos do Tesouro, destaque para os recursos federais da ordem de 1.7 bilhão - depois, nas perguntas, poderemos detalhar um pouco isso. Os recursos estaduais da ordem de 900 milhões e aí o destaque são os

recursos da Habitação.

Voltando um pouco nos recursos federais de 1.7 bilhão, o destaque é para vários compromissos com o Governo Federal, provenientes do PAC, já assinados, com projetos aprovados e agora, provavelmente, com execução muito forte para o ano de 2013.

Outro destaque são os recursos vinculados, aquele número de 1.6 bilhão, que são os recursos dos fundos. Destaque para alguns fundos como o do Saneamento, algo em torno de 400 milhões; o Fundurb, algo em torno de 160 milhões; o Fundo de Nominação e o Fundo do Trânsito, algo em torno de 900 milhões.

A penúltima coluna são as operações especiais, custeadas pelo Tesouro; e a coluna total, na última.

Detalhando um pouco mais sobre o que acabei de falar dos Fundos, na proposta orçamentária deste ano, está destacado o Fundo Municipal da Saúde que, até no ano passado, vinha numa mesma unidade orçamentária junto com a Secretaria, depois dos estudos e toda estruturação formal, está destacado o Fundo Municipal da Saúde, com 5.6 bilhões.

O Fundo do Saneamento, este que aparece com 620(?) milhões, eu falei agora há pouco algo em torno de 400, porque está prevista também uma possível antecipação de recebíveis. Por isso, vem com o valor de 625 milhões.(?)

O Fundo do Trânsito, 1 bilhão; outros fundos importantes como o Funcad, 130 milhões; o Fundo da Habitação, 116 milhões; Fundo da Assistência Social, quase 800 milhões; e o Fundip, com 285 milhões; além do Fundurb, com 160 milhões.

Só lembrando, todos esses fundos possuem legislação específica, conselho gestor que organiza, aprova e orienta a aplicação desses recursos.

Por fim, uma mostra das despesas por função. As funções, já com a sua classificação formal, desde Educação, acima de 8 bilhões – aqui estamos falando de todas as fontes – a Saúde com algo em torno de 6.9 bilhões; e assim por diante, mostrando todas as funções.

Este gráfico final mostra os grupos nos quais mostramos as despesas correntes, que consomem quase 49% do Orçamento; investimentos da ordem de 15%; pessoal e encargos, 25%; amortização da dívida, 3%.

Basicamente, sem entrar no detalhe caso a caso, esta é uma breve explanação. Estou à disposição para os comentários e dúvidas.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Sr. Secretário, esta Presidência fará duas ou três questões, mas eu pediria que V.Sa. compartilhasse este quadro em versão impressa para os membros Vereadores presentes. Já registrei a presença do Vereador Francisco Chagas, registro agora a presença do nobre Vereador Alfredinho, e do ex-Vereador Odilon Guedes, sempre presentes nas audiências públicas.

Sr. Secretário, com relação ao valor efetivo do Orçamento realizável. Considerando que falta apenas um mês para encerrarmos o Orçamento de 2012, e que o Orçamento total foi estimado em 38.7 bilhões, quanto temos hoje e como fecharemos o Orçamento de 2012? Quais foram as fontes que não cumpriram ou se diferenciaram – de forma deficitária ou com superávit - com relação ao previsto e qual a diferença apurada?

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Não tenho o número exato da proposta de fechamento deste ano, mas uma indicação é que dos 38 bilhões, devemos fechar algo em torno de 36.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – O que furou?

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Creio que a questão não seja o que furou, mas o que está em andamento, mas ainda não conseguiu ser realizado. Eu daria destaque para, por exemplo, alguns recursos federais que estão com seus projetos aprovados.

Temos, no âmbito do PAC, destaque para obras de drenagem, de mobilidade, habitação – a segunda fase, PAC II. Como os senhores sabem, existe um ritual de aprovação desses projetos junto à Caixa, que é o órgão financiador, projetos já aprovados, recursos já garantidos, mas ainda não entraram efetivamente nos cofres municipais porque estamos na

fase final desta aprovação.

Com certeza, a execução para 2013, será logicamente melhor, nos recursos federais, pela lógica desse encaminhamento dos projetos.

Os recursos de operação urbana, que também são bem robustos, como os senhores acompanharam, tanto na Operação Urbana Faria Lima, como na Água Espraiada, a execução começou ficar bem intensa no segundo semestre, porque na Água Espraiada tínhamos toda a questão do licenciamento ambiental, do projeto de lei...

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Sr. Secretário, o licenciamento ambiental tem constituído problemas para a liberação da obras habitacionais e execução da Operação Urbana Água Espraiada?

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Não diria problema, mas é um dos passos importantes.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Como têm acontecido as obras de licenças ambientais?

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Têm acontecido às vezes num tempo maior do estimado inicialmente.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Ou seja, não saiu?

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Por exemplo, o que era para sair em um mês ou dois meses, pode ter demorado quatro ou cinco meses.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Mas a obra não está andando, Secretário, as habitacionais estão paradas.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Olhe, a ordem de início para as obras da Água Espraiada já foram dadas.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Não, da Habitação, das habitacionais. Pelo que eu saiba, só para o canteiro foi dada a ordem.

A licença para as habitacionais, que era prioridade, não foi dada e só constituíram

até agora a licença ambiental para a instalação de canteiro.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Como o Vereador fez questão de quais recursos não vingaram, eu darei destaques a estes: uma parcela da Operação Urbana, que era quase 2 bilhões de recursos previstos no Orçamento, e uma parcela dos recursos federais que já começaram a vir, mas temos certeza que a execução de 2013 será efetiva em função das aprovações dos projetos.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – V.Exa. não vai dizer que a licença ambiental é que está emperrando as obras na cidade de São Paulo. Respeito V.Exa.

Mas para que os senhores saibam, tem 4 bilhões na Secretaria do Verde de investimentos de obras e serviços que interessam à população e que não saem da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

Os motivos são diversos emperrando a cidade de São Paulo com obras, empregos e coisas dessa natureza. Infelizmente não tem saído.

Não importa a natureza, a Secretaria se mostra eficiente quando ela apronta e entrega as licenças da forma exigida por lei, mas entrega; o problema é que ela não entrega essas licenças para a sociedade e as obras estão paradas. Estão aprovadas, tiveram os estudos iniciais feitos, some-se a isso a licença ambiental do Córrego Ponte Baixa, situado na zona Sul.

Temos de dizer que o recurso federal da Caixa Econômica já está na conta. Sabe por que não anda a obra, Srs. Vereadores? Porque a Secretaria do Verde e Meio Ambiente não consegue dar a licença ambiental. É aquele local onde teve a morte da professora que teve aquele problema.

Tem projeto, dinheiro, licitação, instalação do canteiro e a licença própria não sai.

Os motivos são estranhos.

Não quero, aqui, acusar o senhor, Secretário, mas a licença para o Shopping Heliópolis retirar uma árvore saiu em uma semana. Onde morre gente não.

Ao contrário do que disse o senhor Secretário, lá não morreu uma - V.Exa. não tem nada com isso –, mas quatro pessoas morreram no Ponte Baixa. Foram quatro mortes e não só a professora. A professora teve morte constatada naquele momento. E a licença ambiental não sai. Ninguém entende por quê.

**O SR. AURÉLIO MIGUEL** - A marginal sai rápido.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Mas quando você vai lá, não sai. Tirar uma licença nessa mesma Secretaria demora oito dias quando se trata de retirar uma árvore. Mas nem para impugnar conseguimos. Mas numa obra em que morre gente, não sai, está lá emperrada. Desejo que as pessoas entendam o que aconteceu.

Mas, vamos aos números, Sr. Secretário. Temos tempo. V.Exa. disse que fecharemos em 36. É isso, Sr. Secretário.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – É uma estimativa que, depois, a Secretaria de Finanças pode fazer as confirmações.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Mas são 38, melhor, 38,7. Devemos chegar, então, V.Exa. estima, em 36?

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – É uma estimativa.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – É uma estimativa de 36 para fechar em 31 de dezembro?

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Isso.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Aí está incluso, evidentemente, no Orçamento, e sabíamos disso, a alienação de bens. Não foi feito. Eram considerados 1,3 bilhão. É isso?

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Isso.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Ou seja, de 36 para 38, já está justificado que 1,3 não foram alienados esses bens previstos. É isso, Sr. Secretário?

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – É.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Era 1,3 bilhão previsto de alienação de bens. De alienações diversas, venda de terreno, não importa a natureza.

Esses 36 mais esse um resultariam em 37 vírgula alguma coisa, quase batendo nos 38. É isso.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Acho que menos. Chega nos 37, mais a diferença de operação urbana.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Sei, mais operação urbana. Mas 1,3 é só de alienação de bens, ou seja, no comportamento da receita como um todo, pois a alienação de bens está vinculada, essa receita está vinculada.

Então, o que vingou na ordem da peça orçamentária está sendo cumprido de maneira geral?

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Em relação às receitas correntes, sim.

A Secretaria de Finanças pode, depois, dar detalhes, mas, em relação às receitas correntes, sim.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Então está tranquila. Tenho mais duas ou três questões e, em seguida, farão o uso da palavra os nobres Srs. Vereadores. Aliás, peço à assessoria já me passar a inscrição dos Parlamentares.

Sr. Secretário, no código 86, do fundo de saneamento ambiental, para 2011, tínhamos 390 milhões, atualizados para 2012, são 606, e empenhados em 2012, são 272, sendo que previstos para 2013 são 624.

Até onde eu sei - uma vez que foi um fundo criado por esta Casa e eu, em especial, acompanhei – esse fundo tem uma receita, cujo recurso é da Sabesp – em uma concessão que fizemos -, da ordem de 320 milhões.

Por que está havendo essa oscilação, de 272? Não entendi. Em 2011 foram empenhados 390, ou seja, a Sabesp aportou receitas que permitissem 390, ótimo. Atualizados em 2012 são 606. Teria de ser o dobro, de maneira geral? Ou os mesmos 390? Não entendi

por que são 606.

Em 2012 havia uma antecipação que não se consumou, é isso, Sr. Secretário?

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Precisamos fazer a seguinte análise: 2012, agora mesmo, provavelmente por esses dias, está sendo depositada a última parcela. São quatro parcelas.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – De 75?

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Um pouco mais. Como diminuimos a inadimplência, essa parcela deve chegar a quase 78 milhões.

Então devemos fechar, este ano, com a execução de algo em torno de 340 ou 350 milhões.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – De 350 milhões. Se pagaram quatro de 78, é isso?

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – A primeira, não tenho o número exato.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Depois V.Exa. nos dá?

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – São entre 75 e 80 milhões cada trimestre. É claro que, em cada parcela, é descontada uma possível inadimplência que a Prefeitura tenha. Estamos reduzindo essa inadimplência quase para zero.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Por que 624 para 2013?

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Vamos só voltar em 2011, cujo número era 600 milhões, pois estava previsto além.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Em 2012 eram 606.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Então, em 2012, era previsto, além da receita ordinária das quatro parcelas trimestrais, uma possível antecipação.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Uma antecipação. Sim, V.Exa. manifestou-se numa audiência pública.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Essa estruturação está sendo feita pela Secretaria

de Finanças, mas ainda não foi encaminhada.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Pergunto ao Secretário, há necessidade dessa demanda, de antecipar a receita dessa obra, porque vamos ficar com um ano de hiato, na verdade. Se eu antecipar 300, deixo de receber no ano seguinte as obras e serviços que decorrem desse investimento, porque isso aqui é investimento puro.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Sem dúvida.

**P** – 100% de investimento. Se eu antecipar um ano, as empresas evidentemente que receberem vão executá-la, concorda comigo? E o outro ano eu fico com um hiato, fico sem. Seria prudente neste momento fazermos isso?

**R** - Não, na verdade, só esclarecendo, não é antecipação do ano seguinte. É antecipação de uma carteira que vai ser balizada, claro que tem um fator risco, não é que antecipa um ano e fica um ano sem receber. Tem uma...

**P** – Receita de um ano o senhor está antecipando?

**R** – Receita equivalente a um ano.

**P** – A um ano, por exemplo. Um ano diluído?

**R** - É, mas não é só de um ano. É uma (ininteligível) de alguns anos equivalente a receita de um ano. Agora, é claro que é uma estratégia da Administração de, em antecipando, ter um conjunto de obras e nós temos um conjunto de obras na área de habitação, na área de infraestrutura, saneamento ambiental...

**P** – Recuperação ambiental, principalmente.

**R** – É, para fazer frente a essa receita de 600 milhões. E os 624 milhões para 2013 a proposta é de novo uma possível antecipação. É claro que está separado em receita ordinária e receita extraordinária.

**P** – Queria que o senhor esclarecesse quanto pagaremos de juros para antecipar isso ao ano?

**R** – Essa operação está sendo estruturada pela Secretaria de Finanças. Acho que

ela pode depois dar as informações detalhadas. Ainda não tem a taxa de...

**P** – Há um custo financeiro para isso, concorda?

**R** – É claro.

**P** – Vocês vão pagar juros? A Prefeitura vai pagar juro de um dinheiro que é líquido e certo? Seria como se fosse assim, para que vocês entendam, a Prefeitura recebe um dinheiro da Sabesp e o funcionário público recebe no holerite o empréstimo consignado. É empréstimo consignado, porque é um dinheiro líquido e certo, é da concessão da Sabesp. Por isso que eu queria saber qual é o juro.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Pois é. A Sabesp não vai investir. A Prefeitura que investe e nós estamos antecipando esse dinheiro, pedindo para que ela pague antecipado ou vamos ao banco e sacamos esse dinheiro. Só que é uma consignação. Espero que as pessoas entendam que estou pedindo antecipação do dinheiro para tocar essa obra. Dependendo do custo financeiro ele talvez valha ou não valha a pena. É isso que queremos saber, quanto custa esse dinheiro de (ininteligível) antecipar, porque é o melhor dinheiro que a Prefeitura tem hoje, que é só investimento. É isso o que fazemos lá. A maior parte das obras de São Paulo hoje é esse dinheiro que a Câmara buscou, que nós aprovamos.

**O SR. AURÉLIO MIGUEL** – O senhor me dá um aparte? Só um momentinho.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Claro, Vereador.

**O SR. AURÉLIO MIGUEL** – Na época em que aprovamos esse projeto estava estimado trazeremos para a cidade de São Paulo aproximadamente entre 800 e um bilhão de investimento entre fundo ambiental e mais a obrigatoriedade de a Sabesp em investir em saneamento, o mínimo que ela arrecada aqui. Está cumprindo isso, Sr. Secretário? A Sabesp está cumprindo essa contrapartida? E quem está controlando isso?

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Existe uma comissão. Por parte da Prefeitura são três membros, um deles a Secretaria de Planejamento.

**O SR. AURÉLIO MIGUEL** – A Secretaria de Planejamento que está controlando? O que mais?

**R** – Remanejamento com suplentes da Secretaria de Finanças. O segundo, Secretaria de Governo e o terceiro, Secretaria de Infraestrutura com suplentes da Secretaria da Habitação.

**P** – Nós vamos chamar aqui a Sabesp e a Secretaria de Planejamento.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Secretário, na verdade, está previsto para o ano que vem a receita antecipada provável para 2013. Qual é o valor e qual é o valor estimado da receita? O senhor está falando em 340 para 2013 fixo do fundo?

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Isso.

**P** – 340 será fixo e 280 então serão para os 624? É isso?

**R** – É 340 e o outro valor é 285.

**P** – 285 que seria a antecipação?

**R** – Isso.

**P** – Tá. Temos o líquido e certo de investimento nessa rubrica, 340 milhões. O outro é se conseguirmos aportar o recurso e houver o financiamento. A antecipação da receita na verdade não são 624 milhões que a Prefeitura tem nesse item. Ela tem só líquido 340, que é o que a Prefeitura faz jus segundo as parcelas que recebeu. O que está garantido na peça nessa rubrica são só 340 milhões ou um pouquinho mais que nós só receberemos no final do ano seguinte ou em 2014. A última parcela, é isso?

**R** – Tanto que na própria peça orçamentária, 340 está indicado como fonte 08, porque é recurso do tesouro vinculado e 285 como fonte 02, 03, que é uma transferência estadual, uma antecipação.

**P** – Está perfeito.

**R** – Esses números estão bem nítidos.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Acabei de perguntar. Ele não tem a taxa e quem vai falar sobre isso é a Secretaria de Finanças. Secretário, tenho “n” questões, mas a presidência só quer a lista dos inscritos.

Tem a palavra o Vereador Francisco Chagas.

**O SR. FRANCISCO CHAGAS** – Obrigado, Sr. Presidente. Estou como membro da Comissão Finanças e Orçamento da Casa.

Em primeiro lugar, bom dia, Secretário. Gostaria de retomar a primeira questão levantada pelo Presidente Milton Leite ainda com relação à expectativa de receita a ser realizada. O senhor mencionou - e anotei aqui - projetos federais e operações urbanas como sendo os dois principais fatores. E a expectativa de receita mediante crescimento de PIB? Porque eu me lembro de que ao final do ano passado tínhamos um debate nesta Comissão. Pareceu-me que havia uma ideia por parte do Planejamento de que teríamos um crescimento este ano da ordem de 4,2 que não se realizou, é isso? Pelo menos não está se realizando. E nós alertávamos inclusive pelo relatório do Bacen que essa expectativa não significaria. Todavia, fechou-se com essa expectativa. Qual foi o impacto disso na diferença de 2,7 bi? Essa é a primeira questão.

A segunda questão que queria que o senhor falasse é sobre investimento em saúde. No orçamento de 2013 está previsto um crescimento da ordem de 8,5 enquanto o crescimento das dotações da saúde é de apenas 1%. Isso não terá impacto em relação a serviços como limpeza, vigilância, contrato, gestão e número de leitos que está previsto na criação?

E por último, está previsto um recurso do orçamento da ordem de 650 milhões para o Piritubão. Exatamente para quê? Quais projetos? Queria que o senhor comentasse.

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Respondendo ao Vereador Francisco Chagas...

**O SR. FRANCISCO CHAGAS** – Corrigindo, 680 milhões no Piritubão.

**R** – Em função das colocações do Vereador Chagas em relação à receita é claro que itens importantes como IPTU e ISS estão se mantendo num patamar bem aceitável e às vezes até acima de alguma fina expectativa. Mas, por exemplo, no item ICMS e a área de finança depois pode complementar as informações com algumas quedas fazendo com que haja essa preocupação do cenário global. O item de 4,2% no global pode não ser atingido, mas identificando-se especificamente alguns itens. Estou só confirmando aqui a informação dos 36, a projeção prevista, Vereadores, é de 36,5 de fechamento para este ano.

**P** – 2,2 então de diferença.

**R** – E o PIB de 2012, 1,58%; 2013, 4,1%. Em relação aos gastos da saúde a gente tem sempre de tomar um pouco de cuidado quando fazemos a “análise proposta orçamentária” com o orçamento vigente. Então, a gente tem de realmente fazer a “análise proposta orçamentária” com o orçamento que será empenhado efetivamente. O aumento na área da saúde é um pouco mais do que esse valor nas previsões de fechamento. Deve ter alguma pequena sobra de algum gasto interno que será... Essa comparação dará um número maior e com certeza o dia a dia da Secretaria, basicamente o custeio, o contrato de manutenção, vigilância, limpeza, segurança têm de estar preservados. Essa é a tônica de todas as Secretarias. O custeio da Prefeitura como um todo é um número significativo, quase 20 bilhões de reais, mas a preservação desses itens é de suma importância.

Em relação ao Piritubão, o que está indicado na peça orçamentária é uma indicação de que recursos poderão vir para a desapropriação do terreno na área do Piritubão.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Só um aparte, Secretário, estive visitando lá e acompanhei pelos jornais, o subprefeito eleito e o futuro prefeito. Aprovamos uma lei nesta Casa de concessão urbanística para aquela região na condicional. Mudaríamos urbanisticamente aquela região, o zoneamento, para ser muito claro, se aprovado fosse o evento aqui.

Pelo que acompanhamos na imprensa, Dubai está com uma proposta muito forte

em relação a nossa apresentação. Quer dizer, a melhor proposta, pelo que estamos vendo estamos perdendo. A pergunta em cima da sua, Chagas, não quer dizer que não merecemos fazer e que devemos deixar de disputar esse evento, que é importante para a cidade de São Paulo, mas temos mais de 600 milhões orçamentários para obras e serviços. Claro que isso é importante, mas a pergunta é a seguinte, Secretário, não podemos transferir esse dinheiro, não dá mais para desapropriar porque não vão pagar. São 600 milhões previstos para 2013.

Pode concluir, Secretário.

**O SR. SECRETÁRIO** – São 680 milhões. É o indicativo do valor da desapropriação daquela área.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – A pergunta é a seguinte: se perdermos essa disputa teremos uma sobra de 600 milhões para investimentos?

**R** - Não é sobra, porque esse é um recurso que está indicado na fonte federal. É uma transferência de recursos federais para a municipalidade. Então não é sobra e não tendo a desapropriação esse recurso não viria.

**P** – Ou seja, é um dinheiro que vem se o Governo Federal der.

Tem a palavra o Vereador Francisco Chagas.

**O SR. FRANCISCO CHAGAS** – O que significa, mais uma vez, retomarmos ao ponto original. Estamos aqui estabelecendo uma projeção de receita orçamentária contando com itens ainda não equacionados, em que pese a opinião de que tenho mais convicção, talvez, do que o Vereador Milton Leite, acho que o Brasil é um forte concorrente e candidato, mais forte do que Dubai. O Brasil não tem perdido nenhuma das disputas internacionais e todos sabem que esse não é um assunto meramente local, mas mundial.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Para que time V.Exa. torce?

**O SR. FRANCISCO CHAGAS** – Minha mãe me orientou desde cedo a torcer pelo Corinthians.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Vamos ganhar o campeonato com esse

otimismo seu, seremos campeões do mundo.

**O SR. FRANCISCO CHAGAS** – Não tenha dúvida, até porque aprovamos o Piritubão e já está quase pronto.

Voltando ao assunto, minha preocupação é porque o Piritubão, a expectativa de receita com base nos relatórios do Bacen, operações urbanas, podem se configurar, como se apresentou no ano de 2012, uma expectativa acima daquilo que pode acontecer. Ainda no aspecto de natureza geral, em que pese ser um item muito específico, mas ele compõe por ser um item que depende basicamente de projetos federais e como disse corretamente o Vereador Milton Leite, da nossa vitória, então estamos projetando uma receita que talvez não haja condições reais de se concretizar. É mais nesse sentido de ordem geral essa questão.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Secretário, uma última questão antes de passar ao Vereador Aurélio Miguel, é muito importante para todos nós dado aquilo que assistimos na campanha eleitoral e todos aqui têm interesse. Primeiro, Secretário, trata-se de subsídio do Transporte Público Municipal, quanto já pagamos, até hoje, de subsídio no Transporte Público Municipal?

**R** – Acho que o número exato é 800...

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Pode consultar a assessoria. (Pausa)

**R** – Este ano na dotação, até agora 960.786.217.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Devemos fechar com quanto, Secretário?

**R** – Esse deve ser o fechamento, porque provavelmente já tem o empenho de novembro e dezembro.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Qual é a previsão de subsídio para 2013?

**R** – A mesma proposta de 2012: 660 milhões.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Há uma diferença de 300 milhões. Se há essa diferença estamos começando com um buraco de 300 milhões. Está previsto o aumento da tarifa, em 2013, para suprir esse buraco?

Isso é importante porque se eu tenho prevista uma receita – gastei com os atuais números 960, como o senhor disse – de 660, ou seja, paguei a maior 300 milhões. Se pagar a maior 300 milhões, não vejo na peça orçamentária outro recurso a não ser deslocar, usar o remanejamento por aquilo que vi na peça orçamentária, que possa fazer frente a esse número. Vamos imaginar, Secretário, que vamos cumprir 100% da proposta que o senhor enviou, teríamos um buraco de 300 milhões ao final de 2013. Haverá aumento na tarifa?

Já tenho de prever mais 300 milhões na peça orçamentária para pagar, porque segundo os decretos que o senhor publicou no decorrer do ano, nós remanejamos recursos de obras ou serviços para pagar essa conta do Transporte. Tiramos de Obras e Serviços para pagar o Transporte. Estou dizendo isso, Sr. Secretário, porque há um furo de 300 milhões no orçamento. É isso o que a Comissão de Finanças tenciona corrigir. Então haverá aumento de tarifa ou vamos ter de deslocar dinheiro para cobrir essa diferença?

**R** – Se o senhor lembrar, a proposta orçamentária é encaminhada a esta Casa no mês de setembro. Então, no mês de setembro, a Administração optou por manter o mesmo valor da proposta encaminhada para 2012, sem esse acréscimo e esperar essa fase da discussão e transição, para que possa ser referendado esse número.

Então a Secretaria de Transportes pode estar fazendo alguns estudos, mas a proposta orçamentária hoje é no mesmo valor de 660, que foi encaminhado em 2012.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Mas então vai fechar com um furo. Se eu cumprir a peça acreditando no senhor, vou ficar com 300 milhões de buraco. O senhor concorda comigo?

**R** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Se o senhor concorda, então cabe à Câmara corrigir. Está consignado que faltam, na pior das hipóteses, mais 300 milhões do Transporte ou vão mexer na tarifa?

É importante pedir desculpas aos senhores, precisava entender porque não há

esse dinheiro. Não temos esses 300 milhões. Não estão aqui na peça.

Já abusei, não farei mais questões até que o povo fale, mas era importante para que as senhoras e os senhores aqui presentes entendam que quando a Comissão aprecia o orçamento, ela tem de colocar lupa, porque, por exemplo, há um dinheiro para uma creche, alguém vai lá e tira, pede para colocar no Transporte que tem um buraco de 300 milhões. Então só para que as pessoas entendam.

Tem a palavra o Vereador Adilson Amadeu.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Sr. Secretário Rubens Chammas e a todos um bom dia. Fico me perguntando, esse Governo Kassab e os senhores, foram craques em empurrar. Imaginem, 650 milhões de consultorias, nada saiu do papel. O senhor tem algum item que fale em consultoria para o exercício de 2013, Secretário?

Que verba teria, porque a verba dos 650 milhões que, inclusive, estou indicando para o Ministério Público que está chamando todos os secretários e está vendo que nada foi feito. Queria saber se para o exercício de 2013 há alguma cláusula de consultoria?

**R** – Na verdade o item consultoria não está explícito com esse nome, mas ele está em contratação de serviços de pessoas jurídicas, basicamente nas secretarias em que há obras em andamento. A consultoria basicamente ou é para acompanhamento de obras, ou consultorias para estruturação de projetos.

Devemos estar fechando esse ano de 2012 com investimentos da ordem de 3 bilhões de reais em todas as fontes. Ou seja, obras propriamente dito. Esse número de consultoria, 650, não é desse ano. São contratos que montam 650 milhões e contratos, às vezes, de mais de dois anos. Então olhando o orçamento vamos encontrar nas secretarias que tem basicamente obras como seu carro chefe, Habitação, Infraestrutura, Transporte, o item contratação de serviços de terceiros que são - não diria só consultorias -, mas assessoria ou para acompanhamento de obras, ou gerenciamento, ou na elaboração de projetos executivos.

**P** – Muito bem, mas a pergunta que lhe faço é exatamente essa, porque se não é

só do exercício de 2012, vem do exercício de 2011, é muito dinheiro que não saiu do papel, e nada foi feito. E aí faltam 170 mil vagas em creche, faltam hospitais e falo a verdade: não tem nada pior para a nossa Cidade do que esse Governo que, graças a Deus, está indo embora.

Também quero falar a respeito do orçamento que fala da área de trânsito. Os senhores sempre colocando, acredito que haja 800, 900 milhões para a área de multas de trânsito...

**R** – Mais de 800.

**P** – Já foram previstos os veículos, os condutores que vão ser multados para usar esse dinheiro. E aí o CET sucateado. A pergunta é essa: o que foi feito com o dinheiro que foi colocado no orçamento de 2012 para o CET?

**R** – Todas as ações que o CET tem empreendido na Cidade. As ações de monitoramento, modernização e acho que o Secretário de Transportes, se for convidado, poderá dar o rol das ações.

Na verdade, a estimativa de receita é feita no fundo de trânsito, no fundo de iluminação e todos os outros fundos. É uma estimativa do que poderemos arrecadar. Com a arrecadação acompanhando essa estimativa os recursos vão sendo liberados. Os recursos do fundo de trânsito são para as ações de manutenção da empresa CET e para os investimentos que ela tem feito de modernização, semaforica, campanhas educacionais, campanhas educativas e várias outras.

**P** – Sr. Secretário, modernização nenhuma nesse setor, cinco mil e trezentos semáforos e mil e duzentos semáforos quebrados todos os dias passaram o Governo Kassab, vieram do Governo Serra, e não foi trocada uma lâmpada em nenhum semáforo da cidade de São Paulo. E sim 19 mil infrações por dia na cidade de São Paulo.

Sr. Secretário, vejo assim: sou membro desta Comissão e sem dúvida alguma vou estar mais do que de lupa, de binóculo e tudo que há de direito para não deixar passar essas gorduras que os senhores colocaram em todos os exercícios.

Acredito que esta Comissão terá a maioria e nada disso vai passar, porque os senhores não venham querer jogar para o próximo Governo coisas que não tiveram capacidade de fazer. Então vou cobrar fortemente tudo e tudo o que eu tiver condições de mandar para o Ministério Público, os senhores vão lá responder, porque o que os senhores fizeram com a cidade de São Paulo...

Quando eu falo "os senhores", quero me dirigir ao Sr. Prefeito Gilberto Kassab. Ele foi um carrasco para a cidade de São Paulo.

- Aplausos na galeria.

**O SR. ADILSON AMADEU** - Ele soube, sim, fazer o partido. Ele gastou 90 milhões para formar esse partido. Então, os senhores podem contar que eu vou estar aqui cobrando tudo isso.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio Miguel.

**O SR. AURÉLIO MIGUEL** - Cumprimentar os membros da Mesa, da Comissão, o Secretário, a população que está aqui prestigiando a audiência pública.

Presidente, a primeira pergunta que faço é a V.Exa.: nós não teremos as audiências temáticas no Orçamento?

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Nós não temos datas.

Seria importante, Vereador, ...

Deixe-me esclarecer a V.Exa.: foram feitas, pelo Executivo, conforme o Secretário colocou na fala inicial, nas 31 Subprefeituras. Foram cumpridas essas agendas.

Por que a Câmara não vai fazer? Vejam, neste ano, temos um problema de datas. Tivemos eleições e há um novo governo. Nós gostaríamos de discutir a proposta do Governo. O novo Governo terá uma nova proposta.

Imaginem que façamos aqui uma discussão com os Secretários titulares das atuais Pastas. O outro pode dizer: "Não é essa a minha política".

Considerando que a Câmara tem dado 15% de remanejamento, é possível eles fazerem qualquer remanejamento, como o Secretário usou essa ferramenta durante esses anos todos.

Então, nós fazemos uma discussão com a população daquilo que eu não sei se é verdade - porque o novo Governo não se manifestou. Se o novo Governo manifestar uma proposta, farei as audiências, se houver tempo, até de domingo de madrugada, para discutir a nova proposta. Se não houver, não há o que discutir. Então, não temos tempo. Mas o problema é que eu não tenho, Vereador Aurélio Miguel. A proposta é o encaminhamento ainda e é justo que assim o seja.

O Governo ganhou a eleição no final de outubro. Ele mal examinou a proposta do ano que vem. A nova equipe acabou de ser nomeada e ela não tem condição hoje, ainda, de vir para o debate e propor as alterações, adequar as alterações que serão executadas de acordo com o que quer o novo Governo.

Esta Câmara intenciona, por aquilo que eu senti, dar os 15% de remanejamento. Ora, se dará os 15% de remanejamento, será uma ferramenta bastante suficiente para que o Governo, se quiser, modifique a peça por decreto, vontade expressa nas urnas, do novo Prefeito eleito. O Alcaide terá essa ferramenta. A Câmara não pode chegar para uma proposta vencedora de eleições e dizer o seguinte: "Só vamos dar 0,5%, o senhor não vai remanejar nada".

Ela está dizendo que a sua proposta será executada, a atual proposta. Não posso convocar o Secretário - poder, até posso -, mas não seria de bom alvitre convocar os novos Secretários - a não ser um Secretário de Planejamento, que pode falar da proposta que ele encaminhou, só em defender aquilo que ele encaminhou. Mas não que será cumprida. Temos de ser honestos com ele e com quem virá. Ele pode, usando as mesmas ferramentas, adequar a essa nova realidade.

Então, Vereador Miguel, seria mentir para o povo chamar o Secretário ou fazer

audiência sobre aquilo que eu não tenho. Só sobre aquilo que foi encaminhado é que eu posso fazer. Por isso, na forma da Lei, na forma do nosso Regimento Interno e da Lei Orgânica, é que eu vou executar e convocar duas reuniões formais de audiência pública.

Se houver tempo hábil para aqueles que compõem o novo Governo aportarem ou apostarem aqui nesta Comissão a proposta, eu farei as audiências, chamarei os novos Secretários, convidarei os novos Secretários - se nomeados forem, pois a maior parte nem foi nomeada ainda. Como pode vir o Secretário das Subprefeituras que não foi anunciado, que não foi confirmado? Como debater aquilo que ele tenciona, se ainda não foi nomeado? Não pode.

Então, Vereador Aurélio, peço desculpa, mas cabe esse esclarecimento à população, àqueles que nos ouvem e que nos assistem.

Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. AURÉLIO MIGUEL** - Nós teremos, então, esta audiência e outra audiência em que virá quem? Alguém do Governo e mais ninguém? O próprio Secretário.

Então, ...

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Aurélio, a menos que, nós ouçamos agora o novo Secretário de Finanças.

Chamarei uma reunião particular, eu vou entrar em contato com eles, com os novos Secretários, se eles se dispõem a vir, a colaborar com aquilo que têm, com a peça; se eles já têm a condição técnica para tal.

Não é uma coisa simples. Aí, sim, eles poderão dizer à população aquilo que eles querem encaminhar, que seria o melhor debate, o que será executado.

**O SR. AURÉLIO MIGUEL** - Então, vou usar bastante aqui do Secretário hoje.

Vou começar aqui, Secretário. Até é bom que estou vendo aqui que há até representantes do Sindicato - e é uma bandeira que defendo desde 2005. Acho que o pessoal do Sindicato trocou o nome lá dos Aurélios...

Eu sempre defendi isso, desde 2005, quando entrei aqui: o Orçamento da cidade de São Paulo era de 15 bilhões, exatamente, quando Serra e Kassab assumiram o governo.

Quanto ao Orçamento, estamos fazendo uma previsão, para o ano de 2013, de 41, quase 42 bilhões. Não vai chegar a esse valor, vai chegar a uns 39, 38,5. O que eu observei esses anos todos?

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – São 42, Vereador.

**O SR. AURÉLIO MIGUEL** - Constam 42 bilhões, mas, ao executar, sabemos que não chega esse valor. Vai chegar a 39 bilhões e olhe lá.

Percebi, nesses anos todos, que o Governo, Sr. Secretário, não tem dado a devida atenção aos funcionários públicos. Vocês têm feito uma correção, um aumento de 0,01%, só para atender à Lei Federal.

Por que essa política foi feita nesse Governo? Por que não fizeram a correção devida? A arrecadação mais do que dobrou e o salário dos servidores públicos municipais não teve a correção em seu poder de compra, o que prejudicou a cidade de São Paulo. Quando não se tem um servidor feliz, mas sim passando dificuldades - sei disso porque eu conheço várias pessoas e tenho também duas irmãs que são professoras. É uma vergonha o que esse Governo fez.

- Aplausos na galeria.

**O SR. AURÉLIO MIGUEL** - Vocês não colocam nenhuma previsão de correção para o ano de 2013, porque os senhores estavam certos de que ganhariam a eleição. Nenhuma previsão de correção dos salários, das perdas salariais, das vinculações desses anos todos.

- Aplausos na galeria.

**O SR. AURÉLIO MIGUEL** - Por que não há isso?

- Manifestações na galeria.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Secretário, por favor.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** - Como todos puderam ver naquele quadro que nós mostramos, o gasto de pessoal é um gasto muito expressivo: são mais de 10,5 bilhões de reais.

- Manifestação antirregimental.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Vou garantir a palavra para o Sr. Secretário agora.

Cada um que desejar - tenho uma lista aqui com quase 40 inscritos - poderá fazer qualquer manifestação, mas qualquer manifestação, no fundo, só atrapalha e atrasa. Deixem para falar, democraticamente, ao microfone. Não precisam falar daí. Usem o tempo, inscrevam-se. Gritar daí só atrapalha os trabalhos, não contribui democraticamente.

O Vereador perguntou, o Secretário responde. Àqueles que desejarem, está aberta a lista aqui. Estou disposto a ficar o tempo que for necessário. Só vou abreviar aqui, porque quanto menos interrupções, mais tempo nós ganhamos. Estou garantindo a palavra do Sr. Secretário.

Não sou de ficar cerceando o direito à manifestação dos senhores, mas prefiro que falem ao microfone. Ficar gritando ao fundo é ruim, não contribui. Vocês poderão ir falar ao microfone, que está aberto para que se inscrevam.

- Manifestações na galeria.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Gente, pois é, estou dizendo que, a cada vez que alguém grita no fundo, para tudo, atrapalha vocês mesmos. Então, não gritem, deixem o Secretário falar. Se quiserem gritar, venham ao microfone e falem democraticamente. Vamos colaborar, só isso, para nós mesmos.

Secretário.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Acho que, na avaliação desses oito anos – e já me comprometo, ainda na data de hoje, encaminhar aqui à Mesa o levantamento de todas as carreiras, de todos os cargos, o que foi nesses oito anos. Muito se fez. Ainda temos um

caminho a se percorrer.

É claro que a política de gratificações é uma política importante, em nível médio, em nível universitário, nas carreiras, na carreira do professor – vide o que aconteceu, nesses oito anos, na carreira do QPE, na carreira da Saúde, na carreira dos Guardas Civis Metropolitanos, na carreira do nível médio, com a incorporação de algumas gratificações.

Agora, é claro que existem limitações orçamentárias. A peça orçamentária mostra que nos temos um nicho de quase 10,5 bilhões para o gasto de pessoal.

Qual é a gestão que não gostaria de colocar mais recursos? Agora, há limitações, porque a Cidade possui hoje um complexo de mais de seis mil equipamentos, com todo seu custeio, manutenção e zeladoria. Tem de haver equilíbrio.

Mas me comprometo a trazer os números, em algumas carreiras há aumentos de até 130% na remuneração, não no salário base, mas na remuneração como um todo.

**O SR. AURÉLIO MIGUEL** – Os secretários das subprefeituras e secretários, não é? Esses sim aumentaram bem, 200%.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** - Não. Não.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – (Ininteligível)

**O SR. AURÉLIO MIGUEL** – Vereador, o senhor me desculpe, vou questionar sim.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Estou pedindo para deixar, porque a Presidência vai encaminhar. V.Exa. pode fazer todas as perguntas e o Secretário vai responder, para otimizar o tempo. Só para isso, Vereador.

**O SR. AURÉLIO MIGUEL** – A audiência pública, que eu saiba, é para isso.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. AURÉLIO MIGUEL** – Vamos ouvir o público, sim, Vereador, mas quando o senhor estava aqui, o senhor fazia da mesma forma. Já acompanhei aqui na época.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Olha, eu vou pedir respeitosamente ao ex-Vereador Odilon Guedes, que tenho respeito profundo por ele, que isso não acrescenta.

Vereador Aurélio, vamos fazer as perguntas ao Secretário.

**O SR. AURÉLIO MIGUEL** – Estou fazendo. Estou fazendo, oras.

O Secretário disse que houve correção, só que não esqueça que, por exemplo, um médico concursado na cidade de São Paulo ganha R\$2.500,00 – esse é salário de um médico? – e o contratado pela organização social, que pedi até uma CPI porque demos mais de 3 bilhões de cheque em branco, ganha 10 mil reais por mês. (Palmas) Esse é o tratamento que a Prefeitura dá.

Precisamos fazer uma correção neste sentido, espero que o governo do PT, que os novos Secretários de Planejamento e de Finanças possam atender os anseios dos servidores públicos municipais. Não é mais com o Rubens que temos de falar, mas com o próximo governo. Mas precisamos fazer essa correção.

Outro aspecto que observei, em relação à Água Espreada, como o senhor acabou de falar, Presidente. Estão sendo removidas 400 famílias, estão indenizando entre 43 e 85 mil reais, para irem para o Educandário.

Agora, havia lá uma política, quando da Operação Urbana Água Espreada, de que fossem feitas as habitações, quatro mil na primeira etapa e depois mais seis mil, mas não está acontecendo nada. Foi o que o Vereador Milton Leite falou. Só tem o pátio de obras das empreiteiras. Essa era a política deste Governo, não é? Então, temos de fazer essa correção, que é um absurdo.

Em relação à prevenção de enchentes na cidade de São Paulo, tínhamos um déficit de 130 piscinões, os senhores construíram muito poucos piscinões na Cidade. Aí vão começar os problemas novamente, porque dá uma chuvinha e para a Cidade. Temos que verifica isso, porque infelizmente não foi feito nada.

Tem um grupo que está aqui da Vila Sônia, do Butantã, da região que eu moro, vi o orçamento para a construção de terminais. O senhor pode falar que não é sua pasta. Este é o grande problema, nós fazemos audiência dessa forma, sem os secretários das pastas, mas

como vai mudar o governo, fica difícil.

Temos aqui uma previsão de 5,5 milhões para a construção de terminais rodoviários. Na Vila Sônia, que no passado, em 2006, o terminal seria construído da Francisco Morato até a André Saraiva. Por intervenção deste Vereador conseguimos cancelar e pedimos que fosse feito o terminal rodoviário em cima do pátio de manobras do metrô.

Novamente o Governo Municipal junto com o Metrô estão querendo desapropriar um quarteirão inteiro - onde tem pessoas de idade, a maioria com 70, 80, 85 anos – sem necessidade. Poderiam muito bem construir em cima do terminal de metrô, no pátio de manobras.

A não ser que o Metrô tenha pretensão de construir um *shopping* futuramente e em detrimento à população. Agora, poderia construir o terminal em cima do metrô.

O senhor não vai poder responder, porque não é Secretário de Transportes. Mas por favor, gostaria que o senhor levasse ao Secretário.

Já encaminhei um ofício para que pudesse corrigir esse estudo que foi feito em relação à Secretaria Municipal de Transportes e também em relação ao próprio Metrô. Vou deixar aqui, como disse ao Sr. Odilon. Mas eu também farei perguntas, Sr. Odilon, porque a população vem falar conosco. E nós, como Vereadores, somos representantes da população, e temos que trazer as suas demandas e apresentá-las ao Executivo, que é quem executa.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Nobre Vereador Aurélio, a sua fala deixou bastante transparente e claro os questionamentos e as dificuldades. V.Exa. questiona, num primeiro momento, algo. Eu não vou responder pelo Secretário, mas digo que não há como responder sobre uma modificação de um projeto específico da Vila Sônia sem termos uma definição do novo Governo. Teria que ser o secretário da pasta. É uma mudança técnica pontual.

**O SR. AURÉLIO MIGUEL** – Mas já soltou a licitação.

**P** – Pois é, mas, Vereador, quem responde agora... Ele propôs. Eventuais

mudanças cabem ao novo secretário. Quando eu falei, na inicial, que uma das maiores dificuldades seria com relação àquilo que vamos realizar no ano que vem, não em relação ao que está encaminhado. E são mudanças pontuais. A tipicidade de um projeto é bem apropriado do novo governo. V.Exa. concorda comigo?

Vou passar à população, para que façam as perguntas.

O senhor pode responder, se sobrou alguma questão – a não ser dúvidas do novo governo, sobre o que não há o que fazer.

**O SR. RUBEM CHAMMAS** – Não, acho que todas as colocações que o Vereador colocou, mesmo em relação à política habitacional na Água Espraiada e à parte de transportes.

O Projeto Água Espraiada é conhecido de todos. A requalificação da área, via parque, túnel, e a organização das moradias, com quatro mil moradias inicialmente. Eu acho que a Secretaria de Habitação, depois, pode dar o cronograma mais exequível no curto prazo.

Em relação ao terminal, eu acho que é uma decisão da nova administração em seguir com essa licitação ou não.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Há inscritos do Movimento Rodoviária Vila Sônia, e cada um terá três minutos para fazer a sua exposição.

**O SR. ANDRÉ** – Bom tarde. Meu nome é André; sou morador da Vila Sônia. Eu queria explicar rapidamente por que estamos aqui.

Descobrimos que vai ter um terminal rodoviário interestadual onde moramos. E desde o começo nós tentamos explicação da SPTrans, a responsável pela obra. Desde fevereiro, nós a notificamos, mas, infelizmente, a SPTrans se recusou o tempo inteiro a se sentar conosco. E não concordamos com a maneira como o projeto está sendo feito. Queria dizer que a licitação está em andamento e está bem adiantada. E estamos estranhando esse andamento.

Eu, rapidamente, eu queria invocar o Estatuto da Cidade, que é a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001.

O Estatuto obriga a Prefeitura a fazer uma gestão compartilhada com os cidadãos, num processo decisório sobre o destino da Cidade, em especial aqueles que têm impacto direto no dia a dia de uma comunidade.

Partindo desse princípio, o nosso movimento elencou os pontos da lei que estão sendo transgredidos pela Administração Municipal.

Art. 4º - [...] “§ 3º - “Os instrumentos previstos neste artigo que demandam dispêndio de recursos por parte do Poder Público municipal devem ser objeto de controle social, garantida a participação de comunidades, movimentos e entidades da sociedade civil.”

É importante salientar que em nenhum momento os moradores conseguiram ter participação ativa no processo do projeto de construção de uma rodoviária interestadual no nosso bairro – Vila Sônia.

Procuramos a SPTrans, responsável pela obra, que, em todo momento, recusou-se a dialogar e a explicar aos moradores a importância da obra e as suas respectivas consequências para o bairro. O mesmo ocorreu com o Subprefeito do Butantã, que nos disse pouco saber sobre a obra. Praticamente tudo o que ficamos sabendo foi através da imprensa, como o tamanho da obra, a localização e a estimativa do que será gasto. Aliás, a imprensa acabou sendo o nosso último canal de comunicação para divulgar o nosso movimento. E aí eu vou citar como exemplo a TV Câmara.

Solicitamos novas audiências e consultas públicas específicas sobre o tema. Desculpe, mas está no Orçamento. Isso é algo que ainda não ocorreu, ainda que o projeto mencionado estranhamente já se encontrasse em processo de licitação.

O Estatuto estabelece a necessidade de realização de estudo de impacto de vizinhança, e, conseqüentemente, a sua disponibilidade para consulta no órgão competente do Poder Público Municipal para qualquer interessado, algo que não ocorreu e sobre o qual não temos alcance.

Diante de tanta falta de transparência e da não participação efetiva dos moradores

nesse projeto de uma rodoviária interestadual, pedimos que os nossos nobres Vereadores reflitam sobre a contribuição deste projeto para a cidade de São Paulo, assim como para a região da Vila Sônia e Butantã, que tem outras prioridades para os moradores em termos de mobilidade urbana – não vou falar de coisas básicas, como escola e moradia –, como a construção de um terminal de ônibus e o prolongamento da Linha 4.

Obrigado.

**A SRA. DEISE** – Bom dia a todos. Meu nome é Deise; sou membro do Movimento Rodoviária Vila Sônia; e estou aqui em nome dos moradores de 72 casas que ficam nas ruas Cel. Otaviano da Silveira e Heitor dos Prazeres.

Nestas 72 residências, uma área de 17 mil m<sup>2</sup>, moram cerca de 400 pessoas, entre as quais há muitos idosos. São duas quadras que ficam ao lado do pátio de pernoite e manutenção de trens da Linha Amarela do Metrô. Essas duas quadras estão em vias de serem desapropriadas para ceder lugar à construção de um terminal rodoviário interestadual que terá um total de 27 mil m<sup>2</sup> - maior que a Rodoviária Barra Funda –, com custo estimado de 200 milhões. Nessas duas quadras existem casas que foram construídas recentemente – ano 2004, 2005 e 2006.

Como a Prefeitura autorizou e concedeu habite-se dessas casas? Não existe um Plano Diretor? Onde está o Plano Diretor de São Paulo? Quem administra a cidade tem consciência exata do que está fazendo? Sabe que está mexendo com pessoas que residem há mais de 50 anos no local?

A conclusão das pessoas que estão acompanhando esse processo de desapropriação será a mesma: estão legislando em causa própria. E nosso movimento não se restringe apenas a esses moradores. Temos 8.447 assinaturas em pouco menos de três semanas. Entre os bairros e suas respectivas associações, podemos citar, além da Vila Sônia, Butantã, Raposo Tavares, Jardim Peri-Peri, Jardim Bonfiglioli, Jardim Monte Kemel, Morumbi e Jardim Londrina.

Queremos saber onde se encontra quem fala por nós, porque precisamos de ajuda e é o que estamos pedindo aqui. Não existe necessidade de rodoviária ali, e muitas pessoas serão prejudicadas.

Contamos com os senhores.

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Antes de chamar o próximo orador, insisto no sentido de que é importante que os senhores consolidem suas manifestações num documento, para que eu faça chegar às mãos do Sr. Secretário antes da configuração, porque o Presidente da Comissão não recebeu nada até agora.

A manifestação verbal é importante, mas a expressa é tanto quanto ou mais, porque pode ter um prosseguimento no dia a dia.

**O SR. MIGUEL** – Vamos encaminhar os documentos em conjunto, após as falas.

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Senhores Vereadores, acreditamos que a cidade de São Paulo é uma cidade em movimento, que cresce para todos os lados, e, por isso, as obras são importantes. Acreditamos nisso, mas, também, que é muito importante nós, moradores, possamos ter contato com essas construtoras que visam ao lucro, porque também trabalhamos e vivemos da Cidade. Temos de continuar morando bem. É necessária entre nós uma conciliação. Todos podem sair satisfeitos: as construtoras, os moradores e a cidade como um todo.

Será que temos competência para fazer isso? Parece-me que, na Vila Sônia, essa competência não está existindo. Pois não há a menor necessidade de uma rodoviária interestadual na Vila Sônia.

Estudos mostram que a capacidade do Terminal Barra Funda opera com ociosidade e assim como a do Tietê que tem a capacidade de, aproximadamente, 50 milhões de passageiros ao ano, opera com 22,5% da capacidade, o que significa 11 milhões de passageiros.

Não há perspectiva, hoje, de se aumentar o número de passageiros em milhões. Desde 2004, o número de passageiros é de 11 milhões em média. Segundo o Diretor da Socicam, Eduardo Cardoso dos Santos, administrador das três rodoviárias – é como se fossem três hotéis, sendo ociosos, e se resolve construir mais dois.

É um absurdo nós não entendermos isto: não há necessidade da rodoviária Vila Sônia. Não se justifica nem para melhorar o trânsito nas marginais, pois o número de veículos que circulam na Marginal para essa finalidade não ultrapassa 1% do total de veículos. Não é desse tipo de obra de que necessitamos.

Por isso, retirem a verba indicada para a rodoviária interestadual da Vila Sônia, e a coloquem em outros projetos mais necessários.

Muito obrigado. (Palmas)

**A SRA. SÔNIA MARIA** – Sou Sônia, da Marcha Mundial de Mulheres.

Esse gráfico que nos foi mostrado é algo muito confuso, porque só fala em fontes, números e números, e ficamos sem saber para qual setor está destinado o dinheiro.

Quando se colocam 6 bilhões para um projeto, não sabemos nem o que isso significa. Entretanto, sabemos que a nossa Coordenadoria da Mulher foi sucateada ao longo dos anos de governo Kassab e Serra. Hoje, ela não tem um real. Isso é muito importante, porque ninguém fala sobre as mulheres. As nossas mulheres estão morrendo e sem políticas públicas no Município de São Paulo.

Também quero dizer que as casas que são conveniadas com a Assistência Social também estão sendo sucateadas, como por exemplo, a Casa Viviane dos Santos, que já foi assaltada sete vezes, sendo que não houve respaldo algum por parte do governo. As mulheres que lá trabalham - e que são comprometidas com as outras que sofrem violência – estão sem qualquer segurança, pois, na semana passada, as janelas foram furtadas.

Nós, mulheres, estamos invisíveis nesta Cidade. Exigimos do novo governo que crie uma Secretaria com orçamento próprio. (Palmas)

Sr. Vereador Milton Leite, vamos colocar isso no orçamento. Gostaríamos que não fosse retirado esse dinheiro destinado às mulheres.

Outra coisa: gostaria de falar com o Sr. Secretário de Obras, porque as obras que estão nas ruas estão paradas. Nós, enquanto mulheres do Movimento Feminista, enquanto Movimento Social, estamos indo na Subprefeitura para pedir explicações sobre o porquê as calçadas foram quebradas e os entulhos ficaram amontoados? Estou falando da Rua Visconde de Parnaíba, 1698, uma rua que já é perigosa para as mulheres. (Palmas)

Para concluir, quero dizer que as mulheres existem! (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Peço que a Sônia, escreva suas sugestões, para que fiquem registradas por escrito.

**O SR. FÁBIO** – Boa tarde a todas e todos. Com muita alegria, começamos mais este ciclo orçamentário para o exercício de 2013. Saúdo o Vereador Presidente Milton Leite, Secretário Chammas e sua Assessoria Técnica, Vereador Odilon Guedes, Vereador Ota e, principalmente, a População presente, Conselheiros e todos os segmentos dos Movimentos Sociais organizados.

As questões orçamentárias são de grande relevância, mas, antes disso, é importante ressaltar três questões fundamentais. Claro, este é um momento de transição, e o orçamento será modificado, mas o Sr. Presidente Milton Leite poderia utilizar essas audiências temáticas para que os Srs. Secretários desta gestão prestassem contas, porque corre o risco de eles saírem e não prestarem contas de nada, sendo que vimos tantas irregularidades aqui levantadas. (Palmas) Foram falhas ou falta de gestão. Sairão impunes todos? Então, tem de haver audiências públicas com as Pastas, nem que seja para prestarem contas do que não fizeram, porque a coisa está muito feia. (Palmas)

Saúdo, também, os Vereadores Alfredinho e Francisco Chagas.

Outra coisa: as audiências regionais nas Subprefeituras também, porque os Subprefeitos não atendem a comunidade. Também são importantes as atas das audiências

públicas do dia 14 de agosto, porque três regiões fizeram propostas – Ermelino Matarazzo, Itaquera e Vila Maria - e não constam do *Diário Oficial*. Manipularam as propostas, e eu quero saber quando serão corrigidas para as propostas que o Povo colocou e que não foram publicadas dia 20 de outubro de 2012. Isso é muito sério. É necessário que venham as atas dessas audiências que fizeram para cumprir tabela – nos últimos oito anos.

Quanto à habitação, as Águas Espraiadas, lá, não foi entregue nenhuma casa ainda. Nem o Jardim Edite foi entregue. Portanto, onde está o dinheiro da moradia? Estão fazendo túnel desnecessário para agradar empreiteiro, e o Povo, na rua, morrendo, sem habitação.

Por fim, a área da Educação. É um grande absurdo. Na gestão Serra 2005-2006, gestão Kassab 2006-2012, desapareceram 517 milhões para a construção de creches e EMEIs mais 143 milhões para EMEFs, total: 661 milhões. A Câmara Municipal aprovou, e eles não fizeram. Quero saber por que as mães estão sem creches, sem ter escola de ensino infantil? De forma incompetente ou por má-fé, não usaram os 661 milhões que desapareceram.

Então, a gente pede um orçamento participativo para fiscalizar e sanear essa gestão suspeita que vai ter de se explicar ao Ministério Público e ao Povo. (Palmas)

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Farei um comentário rápido: Fábio, a atual gestão já sofreu uma sanção nas urnas.

**A SRA. EDNA** – Boa tarde a todas e a todos. Sou Edna, de Pirituba, do Movimento de Mulheres, da Marcha Mundial de Mulheres. (Palmas)

Estou aqui para reforçar o que a companheira Sônia falou sobre a Coordenadoria de Mulheres, pois está claro e evidente que não tem verba, é zero, zero, zero. Mas queremos que a Secretaria de Mulheres tenha o seu orçamento próprio. Essa questão está colocada na ordem do dia.

Quanto ao que o Vereador Chagas falou, Pirituba carece de que seja desapropriado

o terreno, a fim de que seja construído o Piritubão. Pirituba merece isso, e está esquecida por oito anos.

Obrigada. (Palmas)

**O SR. ODILON GUEDES** – Sr. Presidente Milton Leite, demais Vereadores e todos os demais, meus cumprimentos. Acho que há uma questão básica nesta audiência pública que precisamos discutir – e espero que o Presidente nos ouça – que é a seguinte: faz 20 anos que são realizadas audiências com Secretários. Desde a ex-Prefeita Luiza Erundina, Maluf, Pitta e Marta Suplicy, esta é a primeira vez – inclusive, fui por duas vezes Vereador e sempre houve audiência pública, mesmo em ano eleitoral. Isso precisa ficar muito claro. Essa alegação de ser um ano eleitoral não se justifica, porque estive aqui, e tiveram audiências públicas em ano eleitoral.

Segundo, a Lei de Responsabilidade Fiscal; em seu artigo 48, parágrafo único; define que precisa ter incentivo à participação popular através de audiências públicas. Em terceiro, é um precedente grave não ter audiência pública, porque no próximo ano podem achar outro pretexto para não ter. Essas são questões seriíssimas.

Várias questões foram levantadas aqui, como a da Vila Sonia, das mulheres, do transporte, do subsídio, quer dizer, como vamos ficar? Cada Secretário tem de vir para explicar tudo isso. É o mínimo que se pode solicitar ao Presidente. (Palmas) É inadmissível não ter, não podemos andar para trás nesta Cidade. É um Orçamento de 42 bilhões de reais, que sai do bolso de cada um. Precisamos debater para saber para onde esse dinheiro vai. Quer dizer, não existe justificativa, porque é um ano de eleições ou que se trata de outro Governo.

Esse Governo deveria fazer um balanço do que eles fizeram e o que vão deixar para o próximo. Inclusive, quero alertar que o Plano Plurianual – que está em vigência – vai de 2010 a 2013. Então, as decisões de investimentos já foram tomadas e os 15% de remanejamento é a justificativa para ouvir a população. Essa é uma questão central que tem de ser discutida.

Presidente, convivi com o senhor em duas legislaturas e acho que não dá para abrir mão dessa questão, do ponto de vista da participação popular e da democracia na nossa Cidade. É uma exigência nossa. O senhor, que tem sensibilidade, tem de ouvir – no meu entender – e marcar essas audiências públicas, senão teremos de tomar providências para que elas fiquem relacionadas. Vamos ver na Justiça ou no Ministério Público, onde for, porque isso é uma questão de princípio. Não é problema se o Governo vai mudar ou não. (Palmas)

Tenho algumas sugestões para o Orçamento, que farei por escrito, e as encaminharei ao senhor.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Vereador Odilon Guedes, esclareço à V.Exa. de que com relação à legalidade, V.Exa. pode tomar a providência que quiser junto ao Ministério Público. Esta Casa cumpre a lei e fará cumprir as duas audiências públicas, como manda a lei. Já disse na inicial, ao que me compete, responderei a cada pergunta formulada. Estaremos cumprindo a lei, realizando esta e mais uma audiência pública, na forma da Lei Orgânica e do nosso Regimento Interno.

Com relação às novas audiências públicas, já manifestei na inicial. V.Exa. expressou-se de maneira eloquente, mas quero e gostaria de trazer o novo Governo, cada pasta.

- Manifestação na plateia.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Serei muito sincero, com este Governo, temos que tentar...

- Manifestação na plateia.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Quem quiser se manifestar, pode se inscrever. Esta Presidência vai falar aquilo que entenda necessário para o esclarecimento. Respeitarei a todos. O Vereador já pediu uma audiência, vou tentar adequar a palavra a quem se manifesta. Cada um que fala, tenho de responder. Estou tentando otimizar o que foi

proposto. Ficar gritando não resolve, só atrapalha. Quem quiser se manifestar, fale no microfone.

Estou tentando adequar à proposta do Odilon. O Odilon foi do Partido dos Trabalhadores, exerceu seu mandato pelo PT e vamos tentar contato com o novo e verificar a agenda dos novos e dos antigos Secretários – acredito que não acrescenta muito. Queremos saber o que vai ser feito mesmo.

O que foi feito, já foi feito, temos de melhorar daqui para frente. Se alguém tem dúvidas, nesta Casa, basta propor uma CPI para discutir e não ficar tomando tempo da proposta Orçamentária, que é o que interessa. A proposta para se discutir o Governo anterior, se há dúvida, é a CPI. É só propor nas Comissões Temáticas, como de Transporte ou de Administração Pública. Todas as comissões podem fazê-lo.

Esta é uma Comissão de Finanças e Orçamento. Temos diversas comissões, o Vereador sabe disso. Podemos chamar qualquer Secretário, convocá-lo - temos liberdade para isso -, para prestar contas daquilo que foi feito. A Peça Orçamentária futura é que acho produtiva para a Cidade. Vamos tentar contato com o novo Governo para trazer os Secretários. Eles não têm problema em discutir, já se manifestaram nesse sentido. Neste momento, está sendo estudada a proposta Orçamentária para adequá-la à nova.

Tem a palavra o Vereador Aurélio Miguel.

**O SR. AURÉLIO MIGUEL** – Só para somar. Os senhores não tenham dúvidas de que os ex-Secretários serão chamados por este Vereador aqui. Já chamei diversos. Por quê? Para eles prestarem conta dos absurdos feitos nessa gestão. Vou chamar vários deles. (Palmas) Vários deles serão chamados nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Vereador Odilon, V.Exa. merece respeito, mas à medida que me perguntam, tenho de dar o encaminhamento regimental. Nas comissões seria mais apropriado. Com relação à Peça Orçamentária futura, acho mais produtivo escutar.

Com a palavra a Sra. Ana.

**A SRA. ANA ROSA** – Bom dia a todos e todas. Como o tempo é curto, não cumprimentarei especificamente ninguém. Sou da Federação dos Trabalhadores Municipais do Estado de São Paulo.

Vou me dirigir ao Secretário presente e, infelizmente, ele faltou com a verdade, porque ele mesmo não está cumprindo a lei. A lei é bem clara. A lei salarial de São Paulo prejudica muito os trabalhadores, porque ela restringe a 40%...

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Por favor, me permita um aparte. A senhora usou o termo: “Faltou com a verdade”, isso é grave. Pediria que a senhora esclarecesse em que ponto foi infringida a lei em que ele faltou com a verdade. Isso que a senhora falou é grave. Ofensas pessoais aos presentes, cabe mediarmos a audiência. Temos de ter respeito. Dizer que alguém faltou com a verdade significa chamar de mentiroso.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** - Estou pedindo que ela esclareça para esta Presidência onde o Secretário mentiu. Estou aditando tempo para que a senhora possa responder.

**A SRA. ANA ROSA** – Ele faltou com a verdade quando disse que cumpriu a lei e não cumpriu. Por quê? Porque estamos entrando com outra ação sobre o quadrimestral, porque a lei salarial atual diz que tem de se aplicar, aos servidores e empregados municipais, 40% da receita do Município, no mínimo, como reajuste salarial; caso contrário, ele é obrigado a dar um percentual, a aplicar esse percentual de 40%. Isso não vem sendo cumprido. Tanto que ele está pagando agora, em outubro, novembro e dezembro para 16 mil filiados ao Sindsep, Sindicato dos Municipais de São Paulo, 30% referente ao quadrimestral de 95 a 99, que é uma lição para qualquer Prefeito, porque se refere a um percentual que o então Secretário de Finanças e de Planejamento do Pitta e Maluf, Sr. Kassab, não pagou naquela época e está pagando agora como Prefeito. Essa é uma lição. Espero que todo mundo aprenda, porque empurra com a barriga achando que não vai pagar, mas está pagando agora,

antes de entregar a Prefeitura, por ordem judicial.

Novamente, estamos entrando na Justiça porque esse Governo fez a mesma coisa. Por isso, estou dizendo que ele está faltando com a verdade, porque apesar de tudo que disse que deu – e a gente sabe que não -, ele não aplicou os 40%. Todo mundo que está aqui e que é servidor sabe disso. (Palmas)

E o Sindicato está com ação novamente na justiça para receber. Infelizmente vai ser outro prefeito, mas, quem sabe, possa ser até alguém que hoje ocupou a cadeira.

E eu volto à mesma questão do Odilon: por favor, chamem o Sr. Secretário Municipal da Saúde, porque ele fechou duas vezes o Conselho Municipal de Saúde, e eu quero vê-lo dar explicações aqui. Como conselheira municipal de saúde, eu rejeitei as contas, e ele fechou o Conselho e fechou novamente.

Também quero saber se foi reservado dinheiro para pagar reajuste ao funcionalismo, se foi reservado para a questão da inflação. Porque não foi reservado, e, da outra vez que eu vim aqui e perguntei, o senhor disse que não era necessário, que “a gente arruma”. Só que o Orçamento não é para arrumar, é para prever. E eu não quero saber do senhor Haddad ter que arrumar dinheiro. Tem que ser previsto. E, infelizmente, essa previsão tem que sair daqui. E toda vez que eu venho aqui eu digo sempre a mesma coisa, e vou repetir: a Câmara é corresponsável. Se aprovar o Orçamento sem a previsão orçamentária para o reajuste e para a reposição da inflação, vai estar sendo conivente com esses buracos – e, no buraco, 50% do que eu escutei aqui... Desculpe, não precisa de lupa. Quase que um cego enxerga. Porque 50% de problemas na tarifa no dinheiro do transporte, obviamente, vai gerar um aumento de tarifa, e isso vai cair nos ombros da nova administração, o que não é correto e não é justo.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Eu só indago, antes de você terminar, o seguinte: vocês fizeram reunião e discutiram essa pauta com o Governo em algum momento?

**A SRA. ANA ROSA** – Apresentamos uma carta...

**P** – Se foi feita reunião com o atual Governo...

**R** – Sim, nós apresentamos uma carta...

**P** – Deixe-me apenas concluir a pergunta.

**R** – Apresentamos uma carta aos dois candidatos... para este governo...

**P** – Não, não, não, não é isso. Deixe eu fazer a pergunta.

**R** – Pois não.

**P** – Porque aqui podemos ou não mudar a peça orçamentária. Para isso, nós precisamos, primeiro, que você encaminhe o que você está propondo e que entenda como sustentável. Segundo: com relação às reposições salariais, se foi encaminhado na fase de discussão com a categoria com o Governo e o que foi concluído na proposta encaminhada ao Governo.

- Manifestação fora do microfone.

**P** – Deixe-me concluir. Vocês falam da gente... mas vocês são... olha, é difícil discutir democraticamente. Quer vir falar, desça e faça a inscrição. Não atrapalhe. Eu estou pedindo para que você, respeitosamente, diga: “Olha, discutimos com o Governo, não fomos atendidos, fomos atendidos, e em quê.

- Manifestação fora do microfone.

**P** – Eu estou perguntando a ela. Bote no papel os termos tratados e os termos comprometidos, e encaminhe a esta presidência. E também aquilo que você discutiu com o novo Governo e que houve compromisso. Nós vamos discutir com o novo Governo esse encaminhamento da questão salarial – inclusive como já foi indagado “no” Aurélio. Mas nós vamos indagar do atual Governo que está contemplado.

Próximo inscrito.

**R** – Nós mandamos cartas aos dois candidatos do segundo turno, e, aqui, o Secretário-Geral do Sindicato está atrás de mim e vai falar agora. Ele diz que também encaminhou a carta ao novo Governo de transição.

**P** – Não foi respondido o que foi comprometido com o Governo.

**R** – Que foi colocado agora.

**P** – Então tá, você colocou, mas não tem condições de responder.

Tem a palavra o Sr. Vlamir (?). Por favor, já te pergunto, indago... É, então devia se concentrar nele: o que foi negociado com o novo Governo e encaminhado. É que fala um e fala outro... É para as pessoas entenderem. Vem alguém e coloca...

- Manifestação fora do microfone.

**P** – Você quer se inscrever? Inscreva-se e fale. Eu estou tentando encaminhar a questão salarial, que é importante para a categoria. Não dá para ficar debatendo... O rapaz está todo nervoso ali. Venha aqui e se inscreva, fale, debata, coloque na mesa. Ou se eleja Vereador e venha aqui discutir.

- Manifestação fora do microfone.

**P** – Vlamir, por favor, eu estou pedindo que esclareça. Essa é uma questão central que implica verbas pesadas no Orçamento. Então vou lhe dar um tempo a mais para o encaminhamento. Por favor.

**O SR. VLAMIR** – Foi negociado o que a gente pediu em negociação com o Governo. O Governo nos chamou para negociar, só que não atendeu a reivindicação. Tanto que no mês de abril foi encaminhado para esta Casa um reajuste de 0,01%. Então a reivindicação, que eram as perdas salariais de 47, não teve assunto. A questão da inflação foi pós o período do segundo semestre, que aí dialogamos com a Casa, quando o PL deu entrada, porque o Governo não quis mais nos atender e nos responder sobre o que queremos. É o que o Secretário falou: as gratificações. Foi isso. E aí, Secretário, essas gratificações, além de não atenderem toda a categoria... E quero deixar claro que temos funcionários que prestam serviços de extrema importância para esta cidade. Vou citar um deles: o agente de combate às endemias. O agente de apoio que faz o combate à dengue entrou ganhando nessa Prefeitura 440 reais. Essa é a política das gratificações. “Ah, ele ganha uma gratificação”. Ganha, só que

os aposentados que prestaram serviço para a Prefeitura, para a população, não ganharam nada. É isso que significa a política de gratificação que o Secretário veio aqui defender. Então o que queremos, e aí entrando na reivindicação, porque não dá para aceitar no Orçamento que está previsto só um crescimento de 6%, seis e alguma coisa, que não vai prever a reposição inflacionária, nem do ano que vem e nem do que deve. Então vamos negociar com o novo Governo a mudança da lei, que é a principal reivindicação, e que este Governo se recusou a fazer essa discussão. A gente quer que os Vereadores, o apoio ao PL, ao substitutivo que foi aprovado pela Comissão de Administração... Aí, o Alfredinho presidindo, de 6,55% para 2011, e não 0,01%, que é uma vergonha. E ser 4,61% para 2012. Agora é claro que isso precisa ser previsto no Orçamento, e não está. Então estamos reivindicando. E queremos discutir, com a mudança, com o novo Governo, mas já previsto no Orçamento deste ano a reposição inflacionária para o ano que vem, e aí discutimos com o Governo quais são as formas dessa mudança da lei, até que limite que é permitido ou não. Então poderíamos estar discutindo. Não vou ter condições de apresentar aqui por escrito...

**P** – Pode ser depois. Não tem problema. Entregue à Secretaria da Comissão, que ela vai estudar o impacto com o Governo e com o futuro Governo.

**R** – Com certeza faremos isso. E a política de gratificação, além dos aposentados, que eu citei, ainda tem vários servidores prestando serviço na Prefeitura que não receberam essas gratificações. E aí o que acontece? Fica sem anda. E aí o Secretário aqui prevendo 0,01% para esse pessoal. E não são poucos, são vários servidores que continuam prestando serviço para a população. Então essa política é necessária. Queremos, com esse Orçamento, já dar um passo para o novo Governo fazer essa mudança. Não esperar a conversa, porque, senão, vamos ficar um ano todo conversando, e nós tomando prejuízo, sem repor nenhum salário.

**P** – Vlami, na verdade, o Sindicato quer o seguinte: já incorporar na peça orçamentária a proposta da categoria durante... Não sei se será possível, mas cabe esclarecer

que vamos engendrar esforços nessa direção. Aqui, de maneira bem clara, V.Sa. colocou. Agora eu esclareço a alguém que me perguntou a respeito do PL 155: não está na minha mão.

- Manifestação fora do microfone.

**P** – Mas eu pediria que a senhora viesse aqui debater. Para o PL 155/2012 foi designado relator o Vereador Roberto. Está com ele. Cabe ao Relator devolver à Comissão...

É difícil as pessoas serem democráticas. Elas indagam, e você, democraticamente, quer responder, mas eles insistem em serem mal educadas. Eu estou dizendo: está com o Vereador Tripoli, que deixou a Comissão, pediu afastamento. Ele é o Relator da peça. A senhora disse que estava comigo, mas não está. Estou esclarecendo, inclusive, ao Sindicato. Não está comigo. É o contrário do que a senhora disse.

- Manifestação fora do microfone.

**P** – Mas cabe ao Vereador...

- Manifestação fora do microfone.

**P** – Nossa, como é difícil. Você entendeu, Vlamir? Não está comigo.

**O SR. VLAMIR** – Eu entendi, Vereador. Estamos acompanhando o Executivo...

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** - Vamos redesignar um novo Vereador, novo relator da peça porque o Vereador Tripoli deixou a Comissão, vou redesignar os processos que se encontravam com ele. É um direito dentro do Regimento que ele deixe a Comissão e deixou. Vamos redesignar outro relator para que...e dar o prazo de 48 horas para que relate e faça contato com V.Sas.

A Comissão, a audiência pública, é para ouvir, estamos ouvindo e tentando encaminhar e esclarecer. Até aqueles que falam aquilo que não é verdade, que não correspondem aos fatos. O Presidente não relata processo algum, o Presidente da Comissão designa relator no prazo de três dias, na forma do Regimento, ele não relata, ele é proibido pelo Regimento, esclareço a todos. O Presidente da Comissão não relata processo, ele designa relator, no prazo de três dias, quando chega à Comissão e assim foi feito. Está na mão

do Roberto Tripoli, que já não é mais membro dessa Comissão. Vamos designar outro e pediremos que entre em contato com (palavras inaudíveis). Assim de uma maneira muito democrática V.Sa discute. Obrigado (palavra inaudível) você foi muito educado. Dorival, por favor.

**O SR. DORIVAL** – Bom dia a todos e a todas. Estamos vindo aqui pelo Movimento Popular de Moradia - Acasp/Nova Aliança. A galera saiu cedo de casa, lá de Parada de Taipas, Cidade Tiradentes, para discutir. Acho que este espaço é democrático. Nós encaminhamos para a Mesa um documento que fala sobre a questão do transporte e dá habitação. No nosso caso queríamos pautar mais a questão da habitação. Entendemos que a proposta que acompanhamos pelo *site* da Câmara Municipal de um bilhão e meio é insuficiente, precisamos de parâmetros. Por exemplo, o Governo do Haddad quer construir 70 mil moradias em parceria com o Minha Casa, Minha Vida. Precisaremos de terreno para isso. E nós queremos que o Governo atenda o Movimento e acho que não podemos ter um retrocesso em São Paulo, igual aconteceu com esse Secretário. Tem de chamar o tal de Luis Ricardo, pois ele fechou a porta da Secretaria para o Movimento, inclusive, acabou com o Conselho de Habitação pela vontade dele.

Tinha de potencializar o Orçamento e tem de deixar um bilhão para cada Secretaria até para comprar terreno e fazer regularização fundiária, para retomar o programa de mutirão de gestão que foi bem sucedido. Inclusive, o Governo do Estado de São Paulo fez na gestão Covas. Temos de apontar o que é correto. Agora, precisa que o Orçamento seja digno da Cidade de São Paulo e que tenhamos os canais de participação que, infelizmente, não houve neste Governo e temos de pensar em melhorar.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Quero realmente elogiar você. Dois pontos você destacou: dificuldade de terreno e caro. Segundo: o mutirão barateia a construção de casa popular. Tivemos problemas em diversos mutirões, mas mutirão para construção de casa popular, construção com a mão de obra dos próprios mutirantes, historicamente, barateou as

construções. Sou aberto aos mutirões, liderei vários e realmente é uma contribuição saudável.

Tem a palavra o senhor Osvaldo.

**O SR. OSVALDO PINHEIRO** – Bom dia a todos. Sou da Cooperativa Paulista de Teatro, gostaria de esclarecer que a minha fala é no sentido de algumas correções de alguns itens da Secretaria Municipal de Cultura e também queremos exigir rubricas próprias de alguns programas. As leis de fomento às artes em São Paulo surgiram a partir de muitas discussões sobre as políticas públicas de cultura no Brasil. O exemplo mais eloquente é a Lei de Fomento ao Teatro, aprovada no final de 2001, que recusa um modelo mercantil de produção, circulação e fruição dos bens culturais. O programa que esta lei instituiu permitiu o ressurgimento do teatro paulistano depois do acaso da ditadura e do auge da vaga neoliberal.

Na gestão petista, de 2001 a 2004, a Cidade vivenciou uma gestão democrática com a instalação do Conselho Municipal de Cultura e por isso exigimos a sua reativação e a transparência na ocupação dos teatros distritais. Foram criados importantes programas de caráter formativo como formação de público, teatro vocacional e o (palavra inaudível).

Em 2004 foram inaugurados os CEUs, que tinham como princípio promover a aproximação de transversalidade entre a educação e a cultura, promovendo a integração com a comunidade de moradores do entorno. Por isso já faço sugestões e exigimos: fomento à dança, pois, vi na Peça Orçamentária, que teríamos um corte de quase um milhão, então, queremos e exigimos um reajuste. Tenho aqui um documento que vou entregar – teatro vocacional - que não temos uma rubrica própria e exigimos também no Orçamento.

Vimos aqui há quase três anos, pedindo, exigindo, conversando, foi aberto o diálogo e isso ainda não foi atendido, então, o teatro vocacional necessita dessa atenção urgente. Queremos o valor integral corrigido. Também houve um corte no Vai e não aceitamos, queremos o reajuste. Queremos o valor integral corrigido dos CEUs, o PIÁ não teve nenhum reajuste de 2003 a 2012/2013 então exigimos e damos essa sugestão.

Queremos também uma rubrica própria da Mostra Lino Rojas. É preciso que a

produção cultural na Cidade não seja tratada apenas na sua dimensão econômica como mera mercadoria. É preciso que os gestores municipais da cultura deem conta de sua dimensão cidadã. Estamos aqui para dar apoio à nova gestão no sentido de promover uma política cultural democrática e ajudar no que for preciso na reconstrução dos programas que foram sucateados para que possamos ampliá-los e fazer (palavras inaudíveis) se for preciso.

(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Assinem para dar autoria ao documento, por favor. O que cabe na Comissão e que é possível a gente já vai decidindo. A abertura de rubrica nós faremos, os valores nós vamos discutir dentro do bojo do Orçamento é para isso que estamos aqui na Comissão. O que a Presidência pode dizer é que não vemos problema em abrimos essas rubricas o quanto for possível e as demais demandas que você fez constar no documento.

Por que isso? Tudo o que foi solicitado no ano passado pelos Movimentos Culturais, via Vereador José Américo, nós atendemos. O nobre Vereador José Américo fez várias reivindicações, na área da cultura, e atendemos. Houve avanços na área da cultura e agregamos ao Orçamento. Estou dizendo que não há problema. A discussão dos valores, S.Exa. que é um especialista dessa Casa, em Cultura, apesar de não ser da Comissão, vamos debater os valores com ele claramente. Mas a abertura de rubrica ficará garantida e os valores nós vamos discutir o que é possível, mas fica aberto o diálogo nesta direção.

Peço até que se faça contato com ele, que tem encaminhado as propostas e logrado êxito nesta Casa. S.Exa. tem sido muito correto com o pessoal da cultura e logrado êxito com tudo o que encaminhou. Quando fui relator, no ano passado, encaminhei e foram cumpridas as emendas.

**O SR. OSVALDO PINHEIRO** – Vimos na Peça Orçamentária que vai ser sugerido um corte de quase 7% no Orçamento da Secretaria Municipal de Cultura, sendo que a Peça Orçamentária tem uma previsão de aumento. Então, a gente gostaria de...

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Deixa eu dizer o que é. É porque nesta Peça Orçamentária da cultura havia obras, mas, uma vez concluídas, deduz-se o valor. Obras essas executadas com os recursos da Secretaria, não são da área de cultura. A parte do Municipal, da Fundação, foram recursos da reforma. Uma vez executado a reforma, talvez essa diferença, essa análise que precisa ser feita. Como eu fiz a Peça do ano passado, conheço muito bem ela. Agregou obras na cultura, cumprida obra, não há mais necessidade. Tem de olhar o Orçamento, não numericamente o resultado. Aquilo que foi feito nas assinaturas específicas para a cultura. Mas está aberto o dialogo, não há problema nenhum. Ficou claro? (Pausa)

Com a palavra a Sra. Edicleia.

**A SRA. EDICLEIA** – Bom dia. Representamos 68 cidadãos e artistas educadores do Programa de Iniciação Artística – PIA, que atua em 16 equipamentos em São Paulo, CEUS e bibliotecas localizadas em cinco regiões periféricas da Cidade. São mais de 1600 crianças atendidas em todo Município envolvendo pais, parentes nas diversas ações culturais oferecidas. O PIA surgiu a partir da experiência de sucesso da Escola Municipal de Iniciação Artística – ENIA, fundada em 1980 em atividade até hoje no bairro da Conceição. O PIA atende toda semana crianças de 5 a 14 anos, orientadas por dois artistas educadores por meio da interlinguagem nas áreas de música, dança, artes visuais, teatro. Entregamos o folder com a nossa característica. Esse ano o PIA era ter começado em fevereiro, tivemos um atraso de três meses no início das aulas porque a nossa verba foi cortada por uma reunião feita como essa. Não estávamos aqui na época. Hoje estamos e reivindicamos a ampliação do programa para outros equipamentos públicos, CEUS e bibliotecas. O aumento do orçamento e correção com complementação para o gasto com materiais, dinheiro do nosso bolso, seria muito interessante que houvesse essa complementação, dotação orçamentária própria para que o programa possa ser uma política de estado e não apenas do Governo e uma proposta de lei municipal do PIA para a Cidade de São Paulo. Estranhamos o corte de 7% da cultura, sendo que houve aumento de 10% no orçamento. Fazemos essa reivindicação e sugerimos um valor de 960 mil

para o orçamento desse ano, e contamos com a sensibilidade de vocês.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Peço que o encaminhamento seja feito pior escrito. Com a palavra a Sra. Telma.

**A SRA. TELMA** – Sou servidora municipal, especialista em Saúde, sou psicóloga, só vim aqui para reforçar a importância dessa questão salarial. Nem precisa dizer, se tivéssemos satisfeita, se tivesse dando para cobrir nossas necessidades básicas o atual salário, não estaríamos aqui desperdiçando energia, tempo, inclusive estou sendo descontada meu dia hoje por estar aqui exercendo minha cidadania. É isso, para que vocês olhem com atenção sobre essa questão salarial do funcionalismo no geral. Esse salário atual não está dando para atender nossas necessidades básicas. Se não está dando a mim que sou especialista em saúde que dirá as categorias de ensino médio, outras. É vergonhoso. Por favor gostaria que vocês dessem muita atenção para essa questão. Obrigada.

---

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Com a palavra o Sr. Cícero.

**O SR. CICERO** – Boa tarde a todos. Sinto-me um pouco frustrado em direcionar uma palavra ao Sr. Presidente, me sentido, quando foi feita a abertura no início da fala, que fazia transição na questão de chamar outra comissão. Percebi o seguinte: houve as audiências públicas, nas 31 Subprefeituras, se não em engano, onde foram discutido vários assuntos de grande importância para o Município de São Paulo. Acredito que hoje seria para contemplarmos aquilo que está faltando ou aquilo que gostaríamos que fosse inserido no orçamento. Acredito que os demais, até no início ficaram frustrados diante da colocação de vossa presidência. Tudo bem, relevamos. Mas acredito que a comissão não pode se furtar do seu trabalho para dizer assim: dever cumprido após a transição. Quero colocar referente a questão dos três hospitais que não foram cumprido nessa gestão, que fosse garantido a verba para construção desse equipamento público. Foi 15 vezes para a justiça na questão das PPPs, e essa gestão foi empurrando com a barriga, está aí. Está entregando a gestão e não cumpriu. A população fica muito sentida com isso. Gostaria que fosse assegurado a verba para esses

três hospitais no Município de São Paulo. Além disso, a questão dos ambulatórios de especialidades. Por exemplo, na região de Parelheiros não tem um ambulatório especialidade para atender aquela população. Além de não ter nenhum leito hospitalar, não tem ambulatório para atender aquela população. Além de outras regiões nesse Município que precisa. Na questão da estratégia saúde da família, temos enfrentado muito problema nessa gestão, quando diz: precisa construir uma unidade de saúde para atender uma população que precisa. Depara com a questão do zoneamento que é gravíssima. Temos de resolver essa questão fundiária. Tem de deixar uma verba reservada para que possamos retomar essa questão para poder concluir essas questões referentes a construção de unidades como creches, e outras mais que precisam ser construídas no Município de São Paulo como também a questão dos hospitais. E por último quero colocar a questão do conselho municipal de saúde, estou como coordenador da Executiva do Conselho Municipal de Saúde, representando quase 11 milhões de habitantes no Município de São Paulo, e ai a preocupação vem por todos os lados, porque as reclamações são muitas na questão da saúde. Não é fácil assumirmos uma posição como essa. Ultimamente o Conselho Municipal de Saúde não pode nem fazer a sua programação para o ano de 2013, porque a gestão congela a verba, que está disponível para o conselho para que ele possa exercer suas atividades. Aqui fica como uma cobrança para que possa garantir a dotação orçamentária, unidade orçamentária para o conselho municipal de saúde, fazer suas atividades sem depender do Executivo, precisar assinar para liberar uma verba para poder exercer, o controle social no Município de São Paulo. Era o que tinha dizer. Vou deixar por escrito para que possa ser inserido na Peça Orçamentária. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Vou esclarecer ao que me compete: com relação a revisão do Plano Diretor, Zoneamento, será feito ano que vem porque o Plano Diretor foi concebido em 2003. Está previsto nele, na forma da própria lei do Plano Diretor, que dez anos após será feita a revisão do Plano Diretor que pode ser reestruturado. Não quero ficar com questões pendentes. Com relação a saúde, tenho vontade de trazer, se possível esse

atual Secretário. Eu disse por várias vezes, mas tenho vontade de dizer bem mais, mas a parte hospital o Secretário vai responder. Apenas respondendo a modificação do Plano Diretor que se fartá a partir do ano que vem. A Câmara Municipal de São Paulo só pode mexer nessa questão do Plano Diretor, após 10 anos, conforme votado.

Tem a palavra a Sra. Maria Helena.

**A SRA. MARIA HELENA LIMA DE FREITAS** – Sr. Presidente Milton Leite, sou Maria Helena Lima de Freitas, membro dos Movimentos Ecumênico, do Laicato da Igreja Católica e Popular de Saúde, e Conselheira Municipal há 12 anos. Vim para esta audiência preparada para poder analisar o PL 424/12 porque sei que o detalhamento orçamentário está sendo discutido deste o final de agosto, princípio de setembro.

O que é importante no artigo 3º do PL 424/12? Tudo que corresponde à receita e aqui, a minha experiência direta é com o Sistema Único de Saúde, naquilo que é correspondente da receita para o Fundo, e dar transparência às transferências internacional, nacional, estadual e o correspondente da receita no Município.

A pergunta para o Secretário é a seguinte: os recursos da União que não foram usados comporão o Fundo da Previsão Orçamentária do último ano da PPA?

Com relação ao artigo 4º. Esse artigo diz respeito aos órgãos controladores do Executivo. E, aí, para atender ao artigo 10, que dispõe sobre esse controle social, terá de haver unidade orçamentária desse controle.

Sr. Secretário, quanto existe para o controle social na peça orçamentária?

Por último, com relação ao aprimoramento da gestão. Tive experiência como Conselheira Estadual que o resultado de aprimoramento de gestão não chegou à meta da comunidade. Entretanto, há a previsão, no PL, para aprimoramento de gestão. Portanto, quero saber melhor sobre esse aprimoramento de gestão.

Governo passa e a comunidade fica. (Aplausos)

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Tem a palavra o Sr. Douglas.

**O SR. DOUGLAS** – Boa tarde.

Sou representante do bairro do Jaçanã. Sou líder comunitário e presidente do Conseg do Jaçanã.

Estou aqui, primeiramente, para saber com que equidade é dividido o orçamento para as subprefeituras, porque a nossa subprefeitura é a que recebe menos recursos da cidade de São Paulo e é a que mais necessita.

Vamos falar em números para que todos possam entender o que estou dizendo. Conforme o censo demográfico apresentado, Jaçanã tem uma média de 300 mil moradores; 34 sub-bairros, não se considerando as invasões. Na verdade, temos 1.200.000 moradores. Temos um hospital que faz 55 mil atendimentos com uma verba líquida mensal de 5 milhões – metade do que o Hospital do M'Boi Mirim recebe. E ali recebemos atendimento de urgências e emergências de, mais ou menos, 55 mil atendimentos/mês. Nasce, por mês, no hospital 350 crianças – uma média de 10 a 15 por dia. Quer dizer, é uma expansão demográfica muito grande,

Então, na verdade, o que gostaríamos de saber é como são divididos esses recursos.

Em segundo, como foi dito aqui, para que serviram as audiências públicas, em que falamos sobre a necessidade de albergues, de CAPS, e de tantos outros serviços, e que não foram, talvez, nem vistas por esta Casa? Acredito que isso passou em branco.

A maior parte das reclamações está relacionada às obras feitas na cidade de São Paulo. Sabemos muito bem que parte do aporte desse dinheiro, que vai para essas obras, sai desta Casa. Então, é do conhecimento de todos. Entretanto, esses recursos não chegam na periferia. Esses recursos só chegam na área da Globo, na Berrini, no Itaim, na Nova Faria Lima.

Então, quero saber como é feita a equidade desse recurso destinado a São Paulo. A periferia sempre recebe menos recurso. Por exemplo, a Subprefeitura de Pinheiros recebe

uma verba quatro vezes maior que a nossa e com uma população três vezes menor.

Quero saber como são diluídos esses recursos na cidade de São Paulo.

Muito obrigado. (Aplausos)

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Passo à Secretaria, para digitalização, o documento que diz “não” à Rodoviária da Vila Sônia. É muito importante que as pessoas se manifestem dessa forma.

**O SR. DOUGLAS** – Só mais uma pergunta: por que não equiparam o reajuste dos funcionários públicos com o reajuste dos vereadores desta Casa? (Aplausos)

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – O reajuste dos vereadores desta Casa é defendido no Congresso Nacional, não é aqui.

Tem a palavra a Sra. Patrícia.

- Manifestações fora do microfone.

**A SRA. PATRÍCIA** – Boa tarde. Sou Patrícia, Conselheira Municipal de Juventude.

Destacaremos algumas propostas referentes à política de juventude – política ausente em São Paulo. Então, destacarei três propostas aqui, mas o Conselho entregará cerca de dez.

Destaco que, por exemplo, a regulamentação das estações de juventude teve decreto, assinado em 2005, para que fosse construída uma estação em cada subprefeitura, mas só temos uma estação de juventude em São Paulo. Isso é uma vergonha.

Destacamos, também, a luta, da Cultura, do “VAI 1”, que estão querendo reduzir o orçamento. Queremos manutenção do orçamento e ampliação da verba para o “VAI 1”, porque atende vários grupos de jovens da periferia. Todo ano defendemos, na Câmara, a manutenção do orçamento.

Mais que isso, estamos nos solidarizando com a luta das mulheres. O Conselho Municipal de Juventude se coloca favorável à luta das mulheres. O Governo tem distribuído 1300 bolsas por ano. Isso é uma vergonha. Somos dois milhões e meio de jovens na cidade de

São Paulo. Estamos pedindo ampliação, já para 2013, de 6 mil bolsas Trabalho, e queremos mais para os próximos anos.

Mais que isso. Queremos a possibilidade de construção de um mapa para a juventude de São Paulo, a fim de sabermos qual o perfil de nossa juventude, delineando a prioridade das políticas públicas. Sem esse mapa não conseguiremos construir um plano municipal de políticas públicas para a juventude na cidade de São Paulo. E, aqui, queremos nos solidarizar com a luta da habitação e moradia.

O conselho coloca-se à disposição para dialogar, sendo solidário com a luta de cultura dessa galera, inclusive mulheres. Nesse final de semana, o movimento de moradia da região central foi ocupar um prédio na Rua Riachuelo e foi recebido à bala, por capangas, provavelmente. Quatro pessoas estão feridas e internadas em situação grave. Esse é o quadro da luta de moradia em São Paulo, uma vergonha. Não queremos que isso não aconteça mais. É uma tentativa de serem inibidas as lutas sociais dos movimentos de moradia na cidade.

Muito obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Tem a palavra o Sr. Pedro Felício.

**O SR. PEDRO FELÍCIO** – Boa tarde a todos. Represento aqui os artistas integrantes do Programa Vocacional da cidade de São Paulo, da Secretaria Municipal de Cultura, composto pelas linguagens de artes visuais, dança, música e teatro, que trabalha com processos artísticos e pedagógicos em equipamentos públicos da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Cultura. Ele foi implementado em 2001 na gestão da ex-Prefeita Marta Suplicy. Ele teve início como um programa de teatro nas casas de cultura e bibliotecas. Na edição de 2012, o programa teve mais de 4.000 inscrições, entre as quais 3.500 participantes continuam no programa, comprometidos com trabalhos artísticos por toda a cidade. São 69 equipamentos no programa. Citamos 44 CEUs, 9 bibliotecas, 12 casas de cultura, dois teatros e dois centros culturais, além de quatro aldeias indígenas na cidade de São Paulo, perfazendo 73 pontos, na cidade, que recebem ações do programa.

Nessa edição, foram contratados 191 artistas. Mil e quinhentas pessoas estiveram presentes no festival vocacional. Alcançamos cerca de 7.500 espectadores no vocacional. Somando a esses dados, há as ações descentralizadas do projeto, amostras que acontecem regionalmente e uma série de aberturas de processos que fazem parte da nossa prática continuada.

Faço uma pergunta. O que podemos contabilizar, se pensarmos nas onze edições? Quantas pessoas foram atingidas durante todo esse tempo em que o projeto existe? Agora, nós artistas do programa gostaríamos de garantir o fortalecimento do programa, por meio de reformulações que consideramos essenciais. Para que ele possa continuar sendo essencial, é necessária que seja garantida uma dotação orçamentária, destinada, especificamente, ao mesmo, por meio de rubrica própria no orçamento.

Nós, artistas do vocacional, atuamos em diferentes movimento culturais na cidade de São Paulo. Incluímos a nossa reivindicação na pauta de ampliação da dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Cultura. Hoje o orçamento da Cultura é restrito e inviabiliza a criação de uma política cultural para a cidade, aliada a interesses constitucionais, garantindo o acesso à produção e à fruição dos bens simbólicos. Assim, em consonância com os movimentos com cultura da cidade, solicitamos aumento imediato do orçamento da pasta da Cultura. A sugestão de corte do orçamento para o ano que vem é de 7%, enquanto outras Secretarias, como Obras, têm aumentos passando dos 50%. Isso não está claro para nós ainda por que isso acontece.

A defasagem da hora-atividade praticada pelo programa é muito explícita. Verificamos que, nos últimos dez anos desse projeto, o artista orientador, que trabalha com a comunidade, teve aumento de quatro reais em suas horas de trabalho. Isso não faz sentido com nenhum valor de mercado, inclusive os praticados pela própria Secretaria Municipal de Cultura. Portanto, reivindicamos que, na peça orçamentária para o ano que vem, haja uma readequação do valor de hora-atividade desses profissionais para 80 reais.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Peço que sejam encaminhadas, por escrito, as rubricas do documento nas mão do Sr. Presidente. Ele está assinado?

**O SR. PEDRO FELÍCIO** – Está.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – O documento pode ser assinado coletivamente.

**O SR. PEDRO FELÍCIO** – No começo, há uma referência.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – O documento tem de estar assinado e subscrito por alguém.

Assina e coloca o nome. As pessoas têm de encaminhar e dizer quem está encaminhando. Só chegou proposta torta, sem fundamento ou alguém encaminha uma proposta sem fundamento e eu vou dizer que aceitei? Peço que corrijam. Ficou claro? A nível de encaminhamento tem de haver a responsabilidade no pleito. Quem assina e subscreve, pois do jeito que chega sou obrigado a rejeitá-las. Os próximos também ao encaminharem um documento subscrevam-no, por favor, para ficar bem claro.

**O SR. \_\_\_\_\_** - Também tenho um esclarecimento, Sr. Presidente. O Osvaldo tinha falado sobre as questões das rubricas específicas próprias para os programas de cultura e foi encaminhado por V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Só para identificar se está subscrito senão perde a validade. E contatos, está bem claro para vocês, gente?

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. \_\_\_\_\_** - Só queria um esclarecimento sobre essa questão das rubricas que tinha sido levantada pelo Osvaldo foi encaminhada para V.Exa. Gostaria de dizer que, além disso, precisamos travar essa discussão do orçamento.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Quanto à rubrica, não vejo problemas. Por isso que estou dizendo, documento é o quântico e não vamos discutir isso. Se o (ininteligível) vai assumir a discussão de valores conosco representando vocês que são várias propostas

sintetizadas e trazer ao orçamento ou a Presidência o fará com o Relator. Então, é preciso estar subscrito e a forma de contato. Quero deixar isso muito claro.

Quero registrar as presenças do Vereador Agnaldo Timóteo e do Vereador eleito Ota.

**O SR.**\_\_\_\_\_ - Fica só essa requisição de esclarecimento desses cortes de 7% da Secretaria...

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Está esclarecido aqui.

**O SR.**\_\_\_\_\_ - Não, é uma requisição de orçamento para essa sugestão. Tem uma sugestão de corte de orçamento e venho requerer que seja esclarecido por que a Secretaria de Cultura tem um corte de 7% enquanto a de Estrutura e Obras Urbanas tem um aumento de 35%. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Talvez o Sr. Secretário possa responder.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Tem a palavra o Sr. Rafael.

**O SR. RAFAEL** – Boa tarde. Sou o Rafael, do Movimento Passe Livre de São Paulo. O movimento deixa claro que na fala do Secretário e no comentário do Vereador Milton Leite, em 2013 haverá aumento de passagem de ônibus. O orçamento está decretando isso. Se a compensação tem falha e será mantida em 660 milhões e o subsídio atual é de 900 milhões, então teremos 300 milhões faltando nessa conta. E essa conta de 300 milhões será jogada em cima da população. A população pagará pela decisão política dessa administração que pode ser aceita por esta Casa ou não desse déficit do orçamento para o transporte público.

Então, a população pagará mais uma vez pelo aumento da tarifa. Mesmo com o orçamento recorde de 42 bilhões, a gente ainda terá de pagar pelo aumento da tarifa. Então, queria deixar bem claro que o Movimento Passe Livre é contra esse aumento e irá para as ruas como em 2010 e se esta Casa aceitar esse orçamento será responsável pela exclusão social que existe quando se aumenta a tarifa de transporte. Essa exclusão social é clara para a

população mais pobre que paga para levar seu filho ao médico; que paga para assistir uma peça de teatro porque paga a passagem de ônibus; que paga para ir à escola; que paga para ir trabalhar e que paga para vir aqui hoje defender seus direitos. Esta Casa é responsável por essa exclusão social e responsável também pela repressão policial que os movimentos sociais sofrem na rua toda vez que a Casa é contra quem a elegeu. O Movimento Passe Livre não vai deixar esse aumento passar em branco. Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Fica o registro. Tem a palavra a Sra. Natali.

**A SRA. NATALI** – Faço parte do Instituto Pombas Urbanas e junto com outras organizações e lideranças represento o bairro Cidade Tiradentes, extremo Leste da Capital Paulista, inclusive, a Sra. Almerinda e o Sr. Afonso, que deixaram de trabalhar hoje para estarem conosco, para agradecermos a construção de um Centro de Formação Cultural no nosso bairro, que tem cerca de 400 mil habitantes, mas o que não entendemos é por que não se pensou no lançamento para esse espaço. Então foi construído um espaço e tememos que vire um elefante branco.

Quem ganha com isso, com certeza, não é o bairro, mas alguém obviamente deve estar ganhando pela falta de investimento na nossa comunidade, sendo que é uma das subprefeituras que tem o melhor orçamento da Cidade. Então está na hora de olhar e de pensar o bairro Cidade Tiradentes de outra forma, porque estamos no mapa.

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Tem a palavra o Sr. Norberto Carvalho, da Cooperativa Paulista de Teatro.

**O SR. NORBERTO CARVALHO** – Na época da campanha ouvi alguém dizer o seguinte: a política tem um sentido pedagógico. Deve ter mesmo, Sr. Presidente da Mesa, olhe para nós aqui nesta audiência pública de orçamento. Não estão aqui as empreiteiras. Estão aqui os movimentos de moradia. Não estão aqui as empresas de transporte público, que se beneficiam desse orçamento. Está aqui o Movimento Passe Livre. Não estão aqui empresas

que se beneficiam da infraestrutura da Virada Cultural. Estão aqui artistas e arte educadores.

Então há que se supor que é extremamente pedagógica esta situação, porque se nós, prejudicados pelo orçamento, estamos aqui presentes na audiência pública, há que se supor que os beneficiados já participaram de uma audiência privada, porque as Secretarias de Obras, Transporte e Infraestrutura tiveram aumento. E onde há corte no orçamento? Há corte de 7% na Cultura, na Habitação e setores populares que não são beneficiados economicamente. Aliás, beneficiados economicamente por essa gestão pública.

Então quero deixar um encaminhamento bem claro, defendendo a luta do pessoal de transporte e moradia, mas quero fazer um encaminhamento específico em relação à Cultura, o pessoal da Cidade Tiradentes, do Centro de Formação, o pessoal do Pia, do Fomento à Dança, do Vocacional, do Vai, todos esses setores podem fazer um encaminhamento conjunto com o novo relator do orçamento que vai ser designado.

Não dá para o setor de Cultura fazer esse encaminhamento picadinho. Eles fizeram um corte linear de 7%. Temos de sentar junto com o Vereador José Américo e outros Vereadores que sejam simpatizantes dessa luta, que não tenham uma visão míope da Cidade e da Cultura, que tenham uma visão mais generosa no sentido de construir uma cidade plural, para fazer um encaminhamento conjunto. É isso que temos de fazer. Todos os setores da Cultura têm de ter uma reunião com o relator do orçamento. Não dá para ficar encaminhando picadinho.

Também aconselho os setores de moradia, para que não fiquem fazendo encaminhamentos de picadinho. Têm de reunir todos os setores de moradia e encaminhar em conjunto com o relator. É esse o meu encaminhamento.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Tem a palavra o Sr. Natalino.

**O SR. NATALINO** – Boa tarde. Meu nome é Natalino. Muita gente no meu bairro, que é Cidade Tiradentes, me conhece pelo nome de Natal.

Estou aqui para fazer algumas reivindicações. São duas importantes onde moro, uma é do centro de Formação Cultural da Cidade Tiradentes. O Centro de Formação Cultural já está feito, está pronto, inclusive, será inaugurado agora em dezembro, só que o problema é que o prédio será inaugurado e foram comprados poucos equipamentos, não tem gente para trabalhar, então quer dizer, o prédio já está pronto e há pouco recurso. Minha reivindicação é para que melhore o orçamento do nosso complexo, o Centro de Formação Cultural. Estou junto com o pessoal da Cidade Tiradentes e algumas pessoas vão falar.

Outro objetivo, em torno do Centro Cultural, que são os moradores da Cachoeira das Garças. Nós moramos praticamente no quintal do Centro de Formação Cultural, então precisa de uma urbanização daqueles moradores de lá, porque nós ganhamos esse presente, só que queremos poder usufruir dele, porque os moradores de lá já receberam ordem de despejo daquela área. Só que moramos lá, nossos filhos cresceram lá e precisamos ficar nesse local e usufruir do Centro Cultural. Por isso solicito um orçamento para urbanização da nossa comunidade, em torno do Centro Cultural, e um orçamento maior para o Centro de Formação Cultural, porque precisamos.

É só isso. Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Tem a palavra a Sra. Francisca Ribeiro.

**A SRA. FRANCISCA RIBEIRO** – Boa tarde a todos e a todas. Já fui contemplada na fala da Natali e do Natal. Agora quero falar só uma coisa, a Cidade Tiradentes é um bairro que vem só crescendo até agora e não acho justa a verba que é liberada para a Subprefeitura. É pouca verba. Quando vou à Subprefeitura reivindicar alguma coisa para o bairro o Subprefeito fala que não pode fazer muito porque a verba é pouca.

Então peço um pouco de atenção para vocês, que pensem com carinho na Cidade Tiradentes. Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Tem a palavra o Sr. Natanael.

**O SR. NATANAEL** – Bom dia. Primeiro, quero dizer que é difícil executar políticas

públicas sem a participação de quem trabalha na política pública em todas as áreas, Cultura, Educação, Saúde, Transporte e, especificamente, quero aprofundar a Assistência Social que é a área em que atuo.

Trabalho na Liga Solidária, uma entidade que atua há mais ou menos 90 anos na Cidade, e só de abrigo institucional são 50 anos de atuação. Estamos vivendo uma mudança desse público em relação à droga e à violência. Dentro da parte da Assistência temos os abrigos, CCAs, programas de atendimento às famílias e é importante que se entenda que não temos no orçamento da Cidade nem 1% destinado à pasta. Estamos falando de um trabalho de prevenção e de redução de danos e não temos 1% do orçamento destinado. Então fica meio complicado se as organizações sociais quiserem contratar o Pia, por exemplo, para fazer uma atividade cultural nos programas que executam.

Por isso, estamos aqui para dizer que seja destinado à área de Assistência, pelo menos, 1% do orçamento da Cidade. Era isso que queríamos tratar. Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Secretário, peço para anotar uma pergunta minha antes que me esqueça, porque é importante demais. Recebi um questionamento das creches conveniadas, a 26ª Vara da Justiça do Trabalho condenou os atuais convênios das creches conveniadas com a Prefeitura do Município de São Paulo e a Prefeitura teria de recorrer dessa decisão para que os contratos permanecessem vivos. A pergunta é: já recorreram? Se não recorreram, se vão recorrer dessa decisão para que esses contratos permanecessem vivos.

A pergunta é: se já recorreram, se não recorreram ou se vão recorrer de fato. E qual a garantia para as creches conveniadas, onde há milhares de pessoas trabalhando e também muitas crianças dependentes dessa decisão judicial, ou seja, decisão contrária à manutenção das mesmas. Elas estão em situação delicada.

Em não havendo recurso e não sendo discutido, sabemos que a multa, para cada funcionário contratado – e não obedecido o cancelamento do convênio – é de 50 mil. Isso

quebra todas as creches, ou ainda, praticamente as fecha. Não há condições material e legal de se pagar as creches, se não houver recurso.

É preciso que haja o recurso para que, primeiro, mantida a decisão, quem arcará com os ônus?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – A pergunta é: quem vai pagar essa conta? A decisão judicial da 26ª Vara é dura. São mais de 50 páginas de decisão contrária.

Neste momento, o que dá para perguntar é justamente em função dessa sentença, que é de primeira instância, mas é uma sentença bem fundamentada, pelo que vimos dela na inicial. Ao contrário do que estão dizendo – de que está tudo resolvido – a sentença da 26ª Vara da Justiça do Trabalho é dura quanto às creches conveniadas, Sr. Secretário. (Pausa)

Tem a palavra, nesse momento, o Sr. Natanael.

**O SR. TIAGO FERREIRA CABRAL** – Sr. Presidente, com Vossa permissão, vamos inverter a sequência, ao invés do Natanael, fala Tiago Cabral, pois somos ambos conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social, o Comas.

Meu nome é Tiago Ferreira Cabral, sou Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social da Cidade.

O Comas foi instituído por lei federal, que é a Lei Orgânica de Assistência Social. Dentro dessa lei federal, foram dadas como prerrogativas aos conselhos municipais, dentre outras, a aprovação do orçamento da Pasta da Assistência Social.

Essa matéria foi referendada pela legislação municipal, oriunda da gestão do Prefeito Pitta.

O conselho, em plenária de 30 de agosto deste ano, aprovou o orçamento da Pasta com duas condicionantes. Uma delas seria o aumento, para o ano que vem, da verba dispendida para assistência do IGPM + 10% sobre esse índice e uma verba suplementar.

Por problemas técnicos internos da Secretaria, parece que o orçamento passou a

ser lançado no sistema por um outro sistema eletrônico e a mesma Secretaria acabou desconsiderando essa deliberação do conselho, que seria o órgão máximo de aprovação desse orçamento.

Alega a Secretaria que isso já estaria contemplado dentro do reajuste de 37% da Pasta, que estão prevendo como orçamentário.

Dessa maneira, alerta à Mesa, que é passível de uma eventual discussão a legalidade ou não do Orçamento enviado à Câmara por não ter contemplado especificamente apenas esses dois itens. O orçamento da Pasta – para que os Srs. Vereadores tenham ciência – foi aprovado na sua integralidade e unanimidade do conselho, com essas condicionantes. Por isso, temos o receio de que isso não seja observado na Pasta por ter havido problema de comunicação e falhas internas.

Isso gera uma expectativa, por ser uma peça orçamentária, em torno de 250 milhões de reais. De forma que, se o orçamento da Assistência Social é 1% dos 42 bilhões, trata-se de um valor relevante por conta das entidades conveniadas.

Entregarei um ofício a esse respeito.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Trata-se de uma questão técnica e o Secretário há que se manifestar.

O senhor está dizendo o seguinte: há o cumprimento de uma lei e o Orçamento teria sido concebido de maneira supostamente contrária à lei.

**O SR. TIAGO FERREIRA CABRAL** – Não, na verdade, não. Existe uma lei que delega ao Comas a aprovação desse orçamento.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Mas o senhor está dizendo que a Peça Orçamentária não contempla?

**O SR. TIAGO FERREIRA CABRAL** – Não contemplou uma deliberação.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – O Secretário responderá.

**O SR. TIAGO FERREIRA CABRAL** – Entregarei esse ofício também.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – O Sr. Natanael fará uso da palavra?

**O SR. NATANAEL** – Boa tarde a todos. Estou contemplado com a colocação do Tiago que a Secretaria Municipal de Assistência apresentou um orçamento no conselho e o conselho aprovou o orçamento condicionado a três itens.

O que foi apresentado na Câmara não está contemplando a deliberação do conselho.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** - O Secretário fará comentários.

Sr. Laerte.

**O SR. LAERTE BRASIL SANTOS DE OLIVEIRA** - Laerte Brasil Santos de Oliveira, Presidente da Agência Internacional de Pesquisas e Defesa da Transferência e do Controle Social dos Orçamentos Públicos.

Vou me ater nas audiências públicas que tivemos nas regionais, coloquei a construção de 35 banheiros públicos, na região central de São Paulo. Vai acontecer o Mundial de 2014, São Paulo recebe mensalmente quase um milhão de turistas, e é um verdadeiro caos em termos de saúde pública. A Cidade fede, porque falta banheiros, os bares não reúnem condições de o cidadão fazer as suas necessidades pessoais, e ele é obrigado a fazer no meio da rua.

Como proposta, estou vendo na Peça Orçamentária, um investimento que está com patrocínio em outra secretaria, que deveria estar na Secretaria de Esportes. São 16 milhões para a Fórmula Indy. A nossa proposta é que se retire esse dinheiro e aplicasse na construção de banheiros públicos decentes na Cidade.

Em contrapartida, investigamos que sumiu 100 milhões de reais, que foram destinados à construção de moradias públicas, de cortiços, no Centro. O dinheiro não foi investido em outra secretaria, o dinheiro desapareceu, chega a um montante, hoje ...

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** - Só uma dúvida, você está dizendo que sumiu 100 milhões de dinheiro de onde? Vai ficar difícil até para o Secretário responder. Sumiu de

algum lugar.

**O SR. LAERTE BRASIL SANTOS DE OLIVEIRA** – Sumiu do Plano Municipal de Habitação da Cidade, foi destinado ...

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Do Orçamento de 2012?

**O SR. LAERTE BRASIL SANTOS DE OLIVEIRA** – De 2012, que seria destinado à construção de habitação popular aqui no Centro.

Do outro lado, chega a um montante, estamos investigando, a 23 bilhões e 465 milhões que foram desviados pelo Gilberto Kassab, em poucos anos, com o Secretário. É o Gilberto Kassab e o Secretário da Fazenda que fazem as canetadas de desvio de dinheiro aqui na Cidade.

Do montante desse dinheiro roubado, até agora, são ...

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Uma coisa é você falar que sumiu o dinheiro e outra dizer que roubaram. Aí é agressivo. Quando se faz uma afirmação dessas, sou democrático, eu ouço, a proposta do senhor de sanitário público é sustentável, acho plausível, mas se roubaram dinheiro o senhor tem de dizer de onde ou senão eu corto a palavra. Tem de ser respeitoso. Aponte os fatos.

- Manifestações simultâneas.

**O SR. LAERTE BRASIL SANTOS DE OLIVEIRA** – Mas aí, desse montante, 35% desviados da Saúde. Por causa desse dinheiro desviado da Saúde, fizemos investigação, vêm morrendo 100 mulheres a cada 100 partos, (?) devido o sucateamento da saúde pública na cidade de São Paulo. Sendo que 18 são mulheres (Ininteligível) e duas mulheres brancas.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** - Conclua, por favor.

**O SR. LAERTE BRASIL SANTOS DE OLIVEIRA** – Então, aqui, eu deixo o questionamento, o Secretário não tem culpa, é o Prefeito que vem desviando as verbas, é o Prefeito Kassab.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – A Sra. Cecília.

**SRA. CECÍLIA PELEGRINI** – Sou Cecília Pelegrini, sou do Morro do Querosene, venho aqui dizer o seguinte: o Morro do Querosene fica no Butantã, e lá a gente acabou de suspender a Operação Urbana Vila Sônia, porque nessa Operação a gente não quer ponte, nem túnel, nem a estação rodoviária interestadual e municipal, que são vários milhões e, com isso, certamente a gente quer propor que não só a passagem do ônibus não seja aumentada, mas que seja diminuída. Três reais, por viagem, já é bastante, ou seja, a gente acha que tirando os tuneis e pontes, porque não queremos Operação Urbana.

Nesse aspecto, para que a gente tenha mais condição, não trouxemos abaixo assinado, porque a gente já conseguiu o DUP, agora, a gente quer o parque da fonte do Peabiru. A gente está aqui porque a gente quer esse parque vai ser bom para todos nós.

Não sei se preciso (Ininteligível), a gente foi na audiência pública da Subprefeitura, e lá ficou constado que a gente quer esse parque, só que a gente não sabe se foi incluído ou não no Orçamento. A gente não tem esse retorno.

Queria aproveitar esse momento para dizer qual é a relação que é esse instrumento que é essa audiência pública? A gente pode, muito tempo, no início, desculpe o Presidente da mesa, mas é uma observação que quero fazer, porque se poderiam ser esclarecidas essas dúvidas dos Vereadores com o Sr. Secretário, para já trazer para a gente uma posição clara, porque isso para nós acresce de muitas dúvidas: será que tem os 600 ali, será que não tem? Será que tem mais 300?

E, finalmente, queria observar o seguinte: vocês não tiveram essa contagem de tempo de três minutos, para nós, que nem somos pessoas tão habilitadas a falar em público, isso de ficar olhando o relógio ali, é algo que parece que não é audiência pública, me sinto numa situação muito constrangedora. Então, quero propor que a organização dessas reuniões seja de três minutos para vocês também. Desculpe falar. (Palmas)

Concluindo, quero falar da eficácia das colocações todas que estamos fazendo,

porque além de não termos os secretários, também temos poucos Vereadores. Será que vai ter serventia?

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – A senhora disse que tem uma DUP para o parque, é isso?

**SRA. CECÍLIA PELEGRINI** – Já.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – A senhora não sabe se tem verba para cumprir?

**SRA. CECÍLIA PELEGRINI** – Só para cumprir a desapropriação da área para a criação do parque.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Bom, nós vamos estudar o caso, Vereador Aurélio Miguel, que é daquela região e é da Comissão de Finanças, e vamos tentar buscar recursos para solucionar.

Ele é da Vila Sônia, lá do lado.

- Manifestação fora do microfone

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Vamos tentar ver o que é possível. DUP se é para parque, é verba do Verde, não examinei a pasta do Verde e Meio Ambiente, imagino que se for para parque, tem de ser do Verde e Meio Ambiente, concorda?

Não examinei o caso especificamente, mas vamos examinar se dentro do Verde temos possibilidade de construir ou priorizar o parque. Antes de fazer uma análise, peço que a senhora formule, por escrito, e assine, para que eu possa dar andamento.

**SRA. CECÍLIA PELEGRINI** – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Nosso tempo é regimental, previamente aprovado por todos os Vereadores. Não sou eu, a mim cabe cumprir. Sei que é constrangedor ficar olhando para o cronômetro e falando, mas é assim.

**SRA. CECÍLIA PELEGRINI** – Está bom. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Peço minhas escusas.

Sr. Atanácio.

**O SR. ATANÁCIO DE LOS SANTOS ROJAS** – Boa tarde. Trabalho na Subprefeitura de Guaianases, sou servidor público que não é da educação, nem da saúde. Creio que no pessoal que não é nem da educação, nem saúde, há algo em torno de 30 mil servidores.

Quero parabenizar o Vereador Aurélio Miguel pela sua fala, pois se lembrou de nós no início da sua fala, mas fomos esquecidos por muitos anos. Trabalhamos na cidade mais rica do Hemisfério Sul, no entanto, temos uma das piores leis salariais, não temos um plano de cargo e carreira decente que valorize o servidor, nem que dê perspectiva e o faça ter sonhos, motivando-se a cada dia.

Gostaria de colocar ainda a seguinte situação: o Secretário Rubens informou que, nesses últimos oito anos muito foi feito, mas ainda há um caminho a percorrer. Ele falou do pessoal da Educação, da Saúde e da Guarda Civil Metropolitana, todos contemplados.

Lembro: com relação à Educação existe uma lei que obriga os governos a concederem algum tipo de reajuste para esse setor, mas, mesmo assim, eles tiveram que fazer o movimento de greve.

Com relação à Guarda, em 2009, ocorreu o mesmo: tiveram de parar durante uns nove dias e fazer um agito no Centro para conseguir algo. E o pessoal da Saúde também, por volta de 30 mil servidores, tiveram de lutar por um pequeno reajuste o ano passado. Os demais, estão a ver navios há muitos anos.

Em 1995, a lei salarial do Maluf foi elaborada, basicamente, engessando toda e qualquer possibilidade de um reajuste decente para os servidores públicos municipais e, mesmo sendo essa legislação muito ruim, o Sindicato se viu obrigado a entrar com uma ação, pois, repito, mesmo ruim, ela sequer é cumprida.

E, até por uma questão prática, o elo não terminou ainda, o PL 155 está em *stand*

by. O senhor acabou dizer que ainda designará o novo Relator. Espero que isso aconteça o mais rápido possível. Ainda tenho esperança de que o PL 155 seja votado com aqueles 11,46, número proposto por vários Vereadores.

Lembro ainda que a culpa de nossa situação nem é por conta da atual gestão, mas por boa parte dos Vereadores ficarem fechados com a proposta do Governo. Isso é muito ruim. Não posso colocar a culpa só no Prefeito Kassab, nem só nos Secretários, mas também nos Srs. Vereadores favoráveis a essa política nefasta.

- Manifestações concomitantes ao microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Só responder à questão da designação do Relator do 155. Estou decidindo, pois cabe ao Presidente designar o novo Relator, por designar como Relator o nobre Vereador Francisco Chagas.

Ficam todos sabendo, de público, quem é o Relator.

**O SR. AURÉLIO MIGUEL** – Gostaria de dar uma satisfação. Na verdade, fui um dos que obstruí porque o Governo e a base aprovariam com 0,01. Sou contrário e, já que estavam dando um aumento para satisfazer as exigências da lei federal, então fui um dos que obstruí, pois gostaria que tivesse uma contemplação com relação às perdas salariais.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Ficou então esclarecido que o Presidente está recuperando o processo hoje e designando o nobre Vereador Francisco Chagas como Relator do PL 155/12 que trata do reajuste salarial.

Sr. Clóvis? Tem a palavra.

**O SR. CLÓVIS** – Sou diretor do Sindicato dos Guardas Civis Metropolitanos de São Paulo. Agradeço ao Atanásio pela referência feita, pois, da forma como foi dito pelo Sr. Secretário, parece que a Administração foi muito legal e nos deu uma mão por conta própria. Na verdade, tivemos de acampar na porta da Prefeitura, tivemos de fazer greve pela primeira vez na história da Guarda Civil Metropolitana. Em nenhum momento o Governo se sensibilizou para fazer um acordo e, assim, repor parte do que os guardas civis perderam ao longo da

história.

Ainda assim – aliás, o que me move a falar – parte do acordo não foi cumprido pela Administração.

Gostaria de falar sobre os dois orçamentos: esse que está sendo concluído e o próximo.

Quero ainda fazer um apelo à Câmara Municipal que, muitas vezes leva a culpa por coisas que deveria fazer e não faz; mas, algumas vezes, até faz as coisas e aprova leis, só que não acompanham o cumprimento das mesmas.

Esta Casa aprovou, em 2010 e, apesar de acharmos que a gratificação não é a melhor política de valorização dos servidores, uma lei que criou um prêmio de desempenho para os guardas civis metropolitanos. Até hoje não foi pago.

Gostaria que o Secretário dissesse aqui se está previsto no orçamento deste ano e não foi pago porque falta um decreto dizendo qual é o valor. Em janeiro deste ano tivemos uma única reunião com o Secretário que se propôs a abrir as discussões salariais deste ano. Fez uma única reunião e nesses *Power point* bonitinho que ele coloca apresentou a Guarda Civil como se todos tivessem recebido esse prêmio de desempenho. Zero pessoa recebeu, Secretário, este ano e está previsto no orçamento.

Outra questão, até por conta do tempo, queria que respondesse se vai receber, se vai sair esse decreto este ano porque está lá preso no orçamento e gostaria que a Câmara fiscalizasse.

Outra questão que vi para o orçamento do ano que vem que não está previsto para os servidores, nem reajuste e nem contratação, porque o orçamento é praticamente o mesmo - acho que dá 6% de diferença - e a Guarda Civil há oito anos não realiza concurso público. O último concurso público foi no Governo Marta Suplicy. Deixou ainda 1.700 concursados e a Guarda tinha há oito anos 6.183 guardas.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Quero só dizer que precisa porque nós temos

serviços feitos pelos guardas particulares em parques que podem ser feitos pela Guarda Municipal que teria dupla função de segurança, além de os parques oferecerem segurança à população. A GCM presta um bom serviço.

**O SR. CLÓVIS** – Pois é. E ainda a um custo maior do que custa a GCM. Um vigia patrimonial custa pelo menos – não tenho os dados concretos – duas vezes mais do que um guarda civil e a única tarefa dele é chamar a Guarda Civil quando tem algum problema. Então, gostaria de saber se está previsto para o orçamento do ano que vem recursos para contratação, haja vista que agora está há oito anos sem concurso e nós temos aí uma Copa do Mundo que vai precisar dos serviços da corporação.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Essa é uma proposta que até defendo algumas posições da Guarda Civil. Há os parques com verba. Vejo a Secretaria do Verde e Meio Ambiente contratar muito para proteger os parques, encaminhar proposta para crescer. Uma das Secretarias que mais usa recursos na cidade de São Paulo para a proteção e vigia dos parques é a do Verde e Meio Ambiente. Que contratasse via GCM com dupla função: atender a segurança da população e dos próprios parques, o que nos daria muito mais tranquilidade.

A última inscrita é a Sra. Sanderli Brito. Em seguida, o Secretário passará a responder as perguntas.

**A SRA. SANDERLI BRITO** – Boa tarde a todos e a todas. Eu começo falando que sou Sanderli Brito, hoje atuo na Subprefeitura da Cidade Tiradentes, muito falada aqui por muitos grupos e sou profissional pública municipal. Assim como eu, vocês têm muitos bons profissionais públicos municipais espalhados por essa Prefeitura, maior Cidade do nosso país e uma das principais da América Latina e do mundo. E não se constrói uma cidade grande sem um serviço de qualidade e prestado por profissionais públicos também de qualidade.

A nossa política hoje salarial e os nossos quadros de profissionais de um modo geral não contemplam nenhum tipo de diferencial a servidores com eu, 21 anos de prefeitura

com duas formações acadêmicas, dois títulos de pós-graduação que faça diferencial ao nosso salário. E isso é desumano, além de que a Subprefeitura da Cidade Tiradentes, assim como todas as 31 subprefeituras, estão no processo de implementação da norma de qualidade e ISO 9001 2008 e a Subprefeitura Cidade Tiradentes já foi referendada como sendo capaz ou competente num sistema de gestão da qualidade e isso feito por servidores públicos. E esse ato não tem nenhum diferencial dentro dos nossos quadros profissionais e servidores também que podem trabalhar 50 anos que não chegarão ao final da carreira. Penso que uma Prefeitura, como São Paulo, precisa ser exemplo na política que tem para tratamento e criação de diferencial na carreira a fim de que motive as pessoas, cada vez mais, se desenvolverem nas suas atuações.

Sr. Secretário, precisamos muito de investimentos na área de desenvolvimento. A escola de formação do servidor, hoje, na qual participo – candidatei-me como multiplicadora, tenho competência para tal –, os servidores prestam serviços voluntários.

Então, uma empresa dita classe mundial e a maioria dos discursos dos nossos governantes é a falta de qualidade. Temos muita gente de qualidade. Não queremos esmola, mas a criação de diferenciais para que possamos separar o joio do trigo. Dessa forma teremos condições de ter uma Prefeitura tão eficiente, como V.Exas. dizem em seus discursos.

Mais importante: funcionário público também vota. Então, Vereadores, por favor, considerem isso quando forem votar os planos.

Quanto ao PL 155, agradecemos a sua boa vontade de colocar o Vereador Francisco Chagas.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – É obrigação, não é boa vontade.

**A SRA.**\_\_\_\_\_ - Espero que se o PL for aprovado ou feito algum diferencial, não seja vetado por vício de iniciativa no Executivo.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Sr. Secretário, foi-me entregue uma manifestação de que o senhor teria assinado um protocolo, um acordo salarial com os

servidores em 31/07/2009. Pelo que consta, até o presente momento, não estaria sendo levado à termo.

Tem a palavra o nobre Vereador Timóteo, que se inscreveu como cidadão e não como Vereador.

**O SR. AGNALDO TIMÓTEO** – Obrigado e boa tarde.

Fiz algumas observações que merecem uma análise maior. Quanto aos banheiros públicos, basta que o próximo prefeito sancione a dependência sanitária coletiva, é um projeto dos Vereadores Agnaldo e do Mutran, com o desenho do imóvel, uma coisa respeitosa para uma fantástica cidade como São Paulo.

Segundo, a Guarda Civil Metropolitana. Condenar a falta de lealdade para com Abou Anni que brigou quatro anos em defesa da Guarda Civil Metropolitana e a Guarda Civil Metropolitana não o reelegeu.

Terceiro, os negros precisam ter um pouco mais de respeito pelos negros. É preciso acabar com esse complexo de inferioridade dos negros para com os negros. A Claudete Alves criou, nesta Casa, o Dia do Zumbi, um feriado. Pela segunda vez os negros não reelegeram Claudete Alves.

Mas há algo que precisa ficar claro. Estou sempre ligado à mídia. Um dia desses apareceu que aumentou tanto o tomate, o feijão e etc. É preciso que entendamos que há 10 anos o salário-mínimo era de 85 dólares e, hoje, é de 320 dólares. Quando aumenta o salário dos trabalhadores do transporte coletivo, o motorista, o cobrador, o pneu, a gasolina, aumenta tudo, então, é mais do que justo que aumente também a passagem. É uma demagogia terrível dizer que só não pode aumentar o transporte coletivo. Isso é demagogia. Aumenta tudo.

Sabe quanto custa um ônibus? Eu tinha um e tive de vender. Um ônibus usado, de 2005, que eu tinha custou 360 mil reais.

Imaginem quanto custa um ônibus para atender as necessidades de uma população fantástica como a de São Paulo. Considerando, inclusive, senhoras e senhores, que

o Bilhete Único, parece-me, tem o tempo de duas horas; e agora parece que serão três horas... seis horas. Então, por favor, entendam isso: ninguém investe milhões e milhões para não ganhar dinheiro. Quem imagina isso ou é ingênuo ou é demagogo.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Tem a palavra, para responder todas as questões, o Sr. Secretário.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Aí é uma discussão bilateral. Tem a palavra o Sr. Secretário.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Bom, eu vou...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Eu vou iniciar a minha explanação. É claro que eu agreguei as respostas em alguns temas...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Peço que prestem atenção, para que o Sr. Secretário comece a responder. Ele já está falando a forma como vai apresentar as respostas. Eu pediria respeito à palavra do Sr. Secretário.

Antes, porém, passo a presidência ao Sr. Agnaldo Timóteo.

- Assume a presidência dos trabalhos o Sr. Agnaldo Timóteo.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Bom, não quebrando a ordem cronológica das intervenções, mas, como vai dado esse bilhete dizendo que houve uma assinatura de um protocolo, apesar de eu estar há 16 anos na Administração, nessa data eu era diretor da Emurb. Então ou a data está equivocada ou eu desconheço esse protocolo. Então fica informada essa data.

Eu coloquei as respostas em seis ou sete itens, para melhor compreensão, até porque alguns itens foram repetitivos no assunto macro, e depois, no micro, tiveram diferenciais. Eu começaria com um assunto de pessoal.

Destacar, primeiro, que a mesa de negociação sempre esteve presente. E eu ratifico agora a minha fala: muito se avançou nesses oito anos. O documento será entregue ainda hoje para esta Mesa, mostrando, em todas as categorias, em todas as áreas, o que foi feito. E deixar claro que gestão de pessoas é, sim, aumento salarial, mas ela é também capacitação, ela é também fortalecer a Escola do Servidor. Concordo muito com a palavra da Sanderlei. Ela é, sim, iniciar o ensino a distância, que nós iniciamos o ano passado. Já estamos com um número muito forte de pessoas formadas por isso, porque só capacitando esse exército de 130-140 mil funcionários é que a gente poderá implementar as políticas públicas adequadas. A valorização das carreiras, com análise de grupo a grupo, será mostrada nesse documento. E ratificando: a nossa apresentação, quando a fizemos na mesa de negociação – e o Clóvis comentou agora há pouco – indicava, sim, tudo que já foi alcançado. Algumas coisas ainda não implementadas; mas já foram alcançadas através de aprovações de projeto de lei. Então é um compromisso de, na tarde de hoje, no máximo amanhã, na primeira hora, a Câmara, através da Comissão de Finanças, receber o documento com esse apanhado dos oito anos – 2005 a 2012 – do que ocorreu na gestão de pessoal.

Em relação à abertura de rubricas, que basicamente os representantes da área cultural reivindicam para programas específicas, e a Mesa já tomou essa posição de encaminhar na discussão para a abertura... claro que, depois, a discussão dos valores em cada rubrica. Mas isso faz parte da gestão orçamentária como um todo.

Em relação às subprefeituras, eu queria só confirmar o que já tivemos oportunidade de falar aqui: a Administração, e o próprio indivíduo que está lidando e está olhando o orçamento, às vezes, não olha o orçamento como um todo.

O Orçamento que está na subprefeitura é basicamente de zeladoria da subprefeitura. Mas não quer dizer que, naquela região, só aquele recurso será aplicado. Pelo contrário, existem recursos que estão na habitação, estão em obras, estão na Secretaria de Serviços. Então vou dar só alguns exemplos de duas subprefeituras que foram muito indicadas

aqui nas falas.

A Subprefeitura Jaçanã. Falo agora só em zeladoria: locação de veículos, manutenção de vias, limpeza de córregos – boca de lobo não tem mais. E esse é um dado importante. Se compararmos com o Orçamento de 2012 a limpeza da boca de lobo estava na Subprefeitura, agora não está mais. Temos que expurgar esse item para fazer a comparação porque esse serviço está agora no contrato de varrição.

Conservação de áreas verdes e manutenção de canais. É só pegar a Subprefeitura/Jaçanã. Em 2007, nesses itens de zeladoria de 5,6 milhões passou para 7,1 milhões; 7,3 milhões; 6,9 milhões e 8,8 milhões, e esse ano deve fechar com 9,2 milhões. A proposta para 2013 é de 10,9 milhões. Então, vemos que 2013 para 2007 houve um aumento exato de 97% na manutenção e zeladoria da Subprefeitura.

É claro que não estou pegando pessoal, auxílios, projetos da Sub, estou falando só de zeladoria. Na Subprefeitura de Cidade Tiradentes a análise é bem parecida: 4,8 em 2007; 5,9; 6,2; 6,4 e esse ano deve fechar em 7,6 milhões, e para o ano que vem em 8,2 milhões, também em manutenção e zeladoria.

A análise da Subprefeitura, claro, acho que poderia ter... houve uma pergunta de como são divididos os recursos por Sub e não é pela população, é pelas demandas que a Sub tem. Existe uma Subprefeitura que pode ter uma população menor, mas ter mais áreas verdes; uma que tem população maior e ter mais piscinões. Não podemos comparar o Orçamento das Subprefeituras de uma forma homogênea porque a Subprefeitura que tem piscinão não é igual a que não tem. A Subprefeitura que tem mais áreas verdes – e Pinheiros tem mais áreas verdes – é diferente de uma Subprefeitura que tem menos áreas verdes ou menos manutenção de canais. Área de risco idem. Então, essa análise tem de ser mais detalhada, se não a gente pode se perder.

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** - Em relação à comparação que foi feita, me parece

que os representantes da área cultural, nessa questão, foram ouvidas várias falas no sentido de que houve queda no Orçamento da Cultura. De novo: temos de olhar o Orçamento não da Secretaria da Cultura. Observação número um: a partir do Orçamento de 2013, a Fundação Theatro Municipal tem o seu Orçamento próprio, até 2012 o Orçamento estava na Secretaria, então, não é só olhar o Orçamento da Secretaria da Cultura. Observação número dois: no Fundurb, por exemplo, existe um recurso muito substancial para a área de cultura, que é para o término da Praça das Artes e da Vila Itororó. Tem de se olhar o Orçamento de forma global.

— Nenhuma outra Secretaria teve o avanço, em sete anos, como a Secretaria de Cultura. Em 2007, foram 156 milhões de reais; em 2008, 204 milhões; 2009, 200 milhões; em 2010, 233; em 2011, 277; em 2012 – até agora empenhado -, 311, mas devemos fechar por volta de 330 e para 2013, na área da cultura – não só na Secretaria -, 385. É claro que internamente se um programa tem mais ou menos ações, a Secretaria tem total autonomia de fazer seus ajustes.

Lembro o comentário feito pelo Vereador Milton Leite no início que os investimentos em obras da Cultura devem diminuir a partir do próximo ano, porque todas as bibliotecas e teatros municipais passaram por reformas, algumas já entregues, outras na sua fase final. Ou seja, não é de se esperar que em 2013 haja um investimento em obras significativas na Cultura. Portanto, haverá recursos disponíveis nas atividades. Mas é claro que o Secretário e a Secretaria, com todo seu corpo técnico, tem autonomia para, ao longo do ano, fazer as adequações orçamentárias que achar conveniente.

Por que a Secretaria de Obras ou de Habitação teve seus Orçamentos majorados em 20 ou 30%? De novo, temos de olhar o Orçamento aberto. Darei um exemplo. O Vereador Francisco Chagas perguntou sobre os 680 milhões de reais da Secretaria de Obras. Esse é um valor para desapropriar o Piritubão. Não podemos olhar o Orçamento de Obras com esse valor, temos de expurgá-lo, senão estaremos olhando um número global. O Governo Federal enviará o recurso para desapropriar, senão enviar, ele não será executado. Por isso digo que o

Orçamento deve ser olhado sempre fatiando, qual a fonte e qual o objetivo. Olhando só o número global, pode nos levar a erros, tanto na população quanto na própria Administração. Tem de se fazer uma análise fatiada, fonte por fonte, ação por ação.

Houve também uma questão com relação aos hospitais. Não vamos confundir a construção dos três hospitais com o processo da PPP. São coisas distintas. Houve um retardo no processo da PPP em razão das colocações do TCM e a construção dos três hospitais que aguardava a PPP deslançar, mas como não ocorreu, iniciamos no mês de agosto a desapropriação de três terrenos, com recursos depositados e a solicitação de emissão na posse.

Por fim, quero falar um pouquinho sobre transparência. Acho que a cidade de São Paulo avançou muito, não só pelo aspecto da lei de acesso à informação, como o *site* da Prefeitura. Então, hoje, todos os recursos empenhados e liquidados, todos os projetos estão disponíveis no *site* da Prefeitura. Já estamos numa situação ótima de informação? Acho que caminhamos para isso. Há uma lei de acesso à informação que dá datas e períodos limites para que a Administração responda algumas informações que não são corriqueiras, todas as informações dos fundos municipais, da execução Orçamentária do Tesouro, arrecadação e despesa são informadas quase que *on-line*. A despesa feita hoje é informada no dia seguinte no *site* da Prefeitura, qual o fornecedor, a nota fiscal, para que serviço. Então, possíveis recursos que não são utilizados ou estão em alguns fundos e que serão transferidos para o ano seguinte estão, de forma muito transparente e muito clara, para análise e averiguação de cada um.

Claro que audiências públicas como esta em que a população vem trazer questões pontuais da região ou macro da Prefeitura são extremamente saudáveis para que o Legislativo, juntamente com o Executivo, possa construir uma Peça Orçamentária para 2013.

Coloco-me à disposição. Recebi um bilhete se referindo às gratificações que falei. Repito, esse documento será entregue hoje ou, no máximo, na primeira hora de amanhã.

Trata-se de um balanço de toda a política de gestão de pessoas nesses oito anos da Prefeitura.

Agradeço.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** - Desculpa, faltou falar do Comas. Com relação a isso, houve algum equívoco na Secretaria de Assistência Social. Neste ano, mais uma vez, inovamos num item muito importante. Toda inserção da proposta Orçamentária foi feita por meio eletrônico. Isso, realmente, foi um avanço.

Parabenizo a equipe da Sempla, que se debruçou muito, a equipe da Prodam, que nos ajudou bastante.

Temos de alertar que o Comas aprovou uma proposta orçamentária.

Se todos os conselhos e a proposta viesse bruta e nós não pudéssemos ajustar para a Peça Orçamentária – e todos sabem que a Peça Orçamentária é débito – crédito, ou seja, ela estima receita e fixa despesas. Se ela estima receita, aquela receita é meu limite.

Todos sabem também que as despesas de uma cidade como São Paulo para uma receita de 40 bilhões, a despesa natural podia ser de 70 ou 80 se todas as Secretarias quisessem – e tivessem fôlego – para executar tudo que a Cidade demanda de 60 ou 70 milhões.

Vocês sabem que, na Peça Orçamentária, existe um item muito importante, o qual nos onera muito, que é o pagamento da dívida. Então as negociações caminham desde 2010 e não são negociações simples. São negociações técnicas, jurídicas e políticas. Mas estão caminhando.

Teremos isso desonerado? Não sei de uma vez, ou ao longo do tempo, mas a Cidade, com certeza, ganhará fôlego para fazer seus investimentos, para dar atenção a todas as demandas que os órgãos necessitam.

Em relação ao orçamento do Comas, quando foi contemplado na peça única, foi

contemplado o que a Secretaria de Assistência Social nos encaminhou e, levando em conta, que a área de assistência social, para o ano de 2013, está com valores perto de um bilhão, aliás, passando da casa de um bilhão.

Tirando as áreas de Saúde e Educação, é o segundo maior orçamento da Prefeitura, só perdendo para a Secretaria de Serviços.

Acho que essa análise orçamentária, embora pareça simplista, não é. Ela tem de ser feita muito cuidadosamente, olhando o orçamento fatiado, quais são os órgãos, quais são as fontes, para que possamos ter uma leitura mais adequada.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** - A deliberação do conselho é o da proposta orçamentária. Quando essa proposta foi consolidada, ela foi consolidada na peça que o Executivo enviou para a Câmara.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** - É o que foi encaminhado pela Secretaria de Desenvolvimento Social.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – É isso, Sr. Secretário. Agradeço sua presença.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Precisamos encerrar a reunião. Mas, olha, vou dizer uma coisa, acho que a senhora tem razão no controle social e isso deve ser decidido por lei, através de proposta desta Casa.

Agradeço ao Sr. Secretário, às senhoras e senhores presentes, boa tarde a todos. Dou por encerrada essa audiência pública.

- Manifestações concomitantes fora do microfone.

- Encerra-se a reunião.